

A. HENRIQUE CABRITA

OLHÃO

subsídios para o estudo
das origens dos topónimos
do concelho





NOTA DE ABERTURA

António Henrique Cabrita nasceu em Olhão a 20 de Dezembro de 1913. Depois de completar, com brilho, o curso secundário no Liceu de Faro, frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, não tendo concluído o curso por motivos alheios à sua vontade.

Desde muito cedo, porém, revelou uma decidida vocação para os problemas da linguagem sendo, sem sombra de dúvidas, um dos maiores vultos intelectuais olhanenses da sua geração. Mais: ele é o maior filólogo e etimologista que Olhão jamais terá produzido, pois desenvolvendo e aumentando os seus estudos e alargando as suas investigações, conseguiu conhecimentos profundos sobre a matéria, do que é claro exemplo o presente trabalho.

Considerado uma autoridade em assuntos filológicos, mesmo nos meios da especialidade, tem igualmente colaborado, há muitos anos, em vários jornais e revistas, por eles deixando espalhados inúmeros estudos ou simples «apontamentos», todos eles de real mérito e inegável valia. E, entre eles, não são dos menos valiosos os que dedicou ao tão característico e curioso «falar» do povo olhanense, dos mais ricos e originais que é possível encontrar nos povos de língua portuguesa e que ninguém, até hoje, estudou como António Henrique Cabrita o fez.

Sócio fundador da prestigiosa e prestímosa «Sociedade de Língua Portuguesa», que sucedeu à «Tertúlia da Recta-Pronúncia» (que também ajudou a fundar), outra faceta há na sua vida, hoje totalmente esquecida, e que merece ser devidamente realçada. Referimo-nos à sua actividade desportiva. Foi dos mais destacados nadadores algarvios de todos os tempos, campeão incontestado e incontestável do Algarve, nos primeiros anos da década de 30. E, importante pormenor da sua carreira desportiva, conseguiu aliar o útil ao agradável, pois as suas enormes faculdades de nadador permitiram-lhe arrancar aos perigos do mar muitas vidas, algumas delas em circunstâncias particularmente difíceis, factos a que toda a imprensa de então deu o merecido relevo, tendo por isso sido condecorado e louvado várias vezes.

Também nos meios filológicos e linguísticos tem António Henrique Cabrita sido alvo de algumas referências elogiosas que provam o mérito e o valor dos seus trabalhos, destacando-se, de entre elas, a que não há muito tempo lhe foi prestada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na palavra do ilustre catedrático Doutor Manuel de Paiva Boléo, professor de Filologia Portuguesa naquela Faculdade.

Trata-se de um olhanense que tem sabido honrar e dignificar a sua terra, quer no campo intelectual, quer como desportista.

Por isso a Câmara Municipal de Olhão lhe presta justa homenagem, ao fazer editar, com todo o gosto, o seu livro «OLHÃO — subsídios para o estudo das origens dos topónimos do concelho».

A Câmara Municipal de Olhão

*À minha mulher e aos meus filhos, os meus melhores amigos;
a todos os meus conterrâneos; e
ao Povo das quatro freguesias do concelho de Olhão.*

OLHÃO

Consubstanciado na pessoa de um Amigo, com quem dialogava e trocava impressões acerca do opúsculo «Toponímia Árábica no Algarve», do Dr. José Pedro Machado (e que, mais tarde, me facultou gentilmente os respectivos recortes), quis o acaso que tivessem chegado ao meu conhecimento, dois de uma série de artigos sobre a origem de vários topónimos algarvios, publicados, no «Correio do Sul», pelo Padre José Cabrita, nomeadamente, os relacionados com Olhão e suas freguesias, vindos a lume em 14-12-1972 e 11-1-1973.

Lidos com o maior interesse, e não menores cuidado e atenção, enfermam os ditos trabalhos, a meu ver, de algumas deficiências e incorrecções, que procurarei comentar e corrigir. E começarei, naturalmente, pelo que se refere a OLHÃO, por ser não só a sede do concelho, como também (e talvez precisamente por este facto) minha terra natal (e de onde, ao que supponho, o Padre Cabrita é igualmente natural).

Que fundamento tem o Padre José Cabrita para afirmar que, no português arcaico, o aumentativo de «olho» seria «olhon» ou «olhom»?

Na «Gramática da Língua Portuguesa», publicada, em 1540, por João de Barros (autor, igualmente, das «Décadas da Ásia», e geralmente considerado o primeiro e mais antigo trabalho do género editado sobre a nossa língua, pode ler-se, no capítulo respectivo, o seguinte:

DO NOME AUMENTATIVO

«Esta maneira de «nome aumentativo» é contrária à de cima, porque ua diminui e outra acrescenta.

Destes nomes, Gregos e Latinos não tratam em suas Gramáticas por os não terem e casi todos terminam em «am» e «az», como «mulheram», «cavalam», «velhacaz», «ladravaz» e outros que sempre são ditos em desprezo e abatimento da pessoa a que os atribuímos».

Por seu turno, Augusto Moreno, em «Lições de Linguagem», vol. III, a págs. 160 e 161, ao responder a uma pergunta sobre diminutivos, ensina, designadamente no que concerne a «franginho» e a «pintainho», «que provieram, respectivamente, dos primitivos «frangam» (frângão) e «pintam» (pintão), e que a sua evolução deve ter sido:

«frangan» + inho — fraganinho — frangãinho — frangainho

Para «pintainho», prossegue Augusto Moreno, «conjectura-se também um primitivo «pintam», que daria igualmente

«pintam» + inho — pintaninho — pintãinho — pintainho

Estas citações, como se vê, contradizem, em absoluto, a opinião do Padre Cabrita.

Mas há mais: entre as características que diferenciam o português arcaico do português actual, encontro nos «Textos Medievais Portugueses», de Correia de Oliveira e de Saavedra Machado (e no tocante à terminação «-ão»), este passo bastante elucidativo e esclarecedor:

«Terminavam em «om» os nomes que hoje terminam em «-ão», depois de passarem pela forma em «-am» (o sublinhado é meu)...

...Mas a terminação «-ão» encontra-se já no português arcaico, como em «loução» («louçano»), «são» (sano), etc.»

Bem entendido, esta diferenciação não se refere especificamente aos nomes aumentativos (talvez nem mesmo a eles se aplique), mas aos substantivos em geral.

O Padre Cabrita sabe, sem dúvida melhor que eu, que no português arcaico ou medieval, ocorriam indistinta, alternada e paralelamente as terminações em «-on», «-om», «-am», «-an» e até «-ã», na grafia da mesma palavra: non, nom e nam (não); Joham, Joam, Joan e Joã (João); Stevam e Estevam (Estêvão); Fernan e Fernam (Fernão); deitaram (deitarão); sam (são); naçam (nação); dam (dão); galardam (galardão); coraçom e coraçam (coração); determinaçam (determinação); Brandam (Brandão); contradizçam (contradição); rrazam (razão); Plutam (Plutão); e tantas mais.

Por outro lado, parece existir (e digo parece, por, dele, não ter conhecimento directo) um documento, com data de 1378 (medieval, portanto), e que se julga ser a mais remota e antiga referência relativa a Olhão, no qual D. Fernando deu de foro uma courela de vinha e figueiral, situada num local designado «Olham», próximo de Faro.

Não quero deixar de referir aqui uma pergunta que me assaltou subitamente no decurso deste escrito: porque serão «olhanenses» os naturais de Olhão, e «portimonenses» os de Portimão? Certamente, por assim o determinar a origem, bem diferente e distinta, dos dois nomes. Enquanto «olhanense» deve ter por base o étimo «Olhan» ou «Olham», «portimonense» terá provindo necessariamente de «Portimon» ou Portimom», que, se não for a origem deste topónimo, será ou terá sido, pelo menos, uma fase por que passou ou terá passado até ter atingido a forma actual (o mesmo terá acontecido com «fundanense» (de Fundão); «damanense» (de Damão) «lourbanense» (de Lorvão); e com outros mais que, de momento, me escapam.

E, mudando de parágrafo, tratemos de outro aspecto do trabalho do Padre Cabrita também, e ainda, respeitante a Olhão.

Como prova da antiguidade que atribui à laboriosa e característica vila cubista, socorre-se o Padre Cabrita da frase atribuída a um olhanense, e citada por Ataíde de Oliveira, na sua «Monografia do Concelho de Olhão»: «aqui esmorrou o meu pai e o meu avô...»

Embora careça de elementos que me permitam aceitar ou refutar a opinião do Padre Cabrita quanto a este ponto — o da antiguidade de Olhão — a qual, aduz, «deve vir desde tempos imemoriais», o certo é nada provar, nesse aspecto, a citação da aludida frase.

Com efeito, a Igreja Matriz (ou Igreja Grande, como é conhecida), começou a ser construída no ano de 1698, e só foi aberta ao culto no princípio do século XVIII (entre, talvez, 1710 e 1720), e referindo-se, como é o caso, o autor da citada frase, às paredes do dito templo, a outra conclusão não podemos chegar senão à de que a ancestralidade de quem a proferiu não poderia, na ocasião (e quando muito), ir além de 1700, ano em que a Igreja ainda não se encontrava aberta ao culto, nem mesmo estaria completamente construída.

Apontadas o que me parecem falhas e deficiências, nada mais justo que, de igual modo, enalteça e exalte as virtudes que, indubitavelmente, ressaltam do trabalho do Padre José Cabrita.

O mérito maior das investigações a que procedeu está no facto de acreditar que o topónimo «Olhão» nada tem a ver com o substantivo comum aumentativo «olhão». A sua opinião vem abrir um novo capítulo sobre o problema, e fez despertar em mim uma ideia que, de longa data, se encontrava «adormecida» na minha mente.

Em boa verdade, nunca alinhei no número daqueles (e praticamente serão todos) que atribuem o nome de «Olhão» e um grande «olho» de água ou nascente existente na zona ou área da actual vila, «olho» de água, nascente, fonte ou poço que, na realidade, ninguém sabe, concretamente e de ciência certa, em que ponto se encontrava situado (querem-no uns a nascente da Estação do Caminho de Ferro, outros localizam-no, mais ou menos, no centro da actual Avenida da República, e alguns outros, de certo, noutra ou noutros locais). Tudo muito vago, muito incerto, como se observa.

Quem nos garante (sempre me acompanhou esta dúvida) que «Olhão», topónimo, e «olhão», substantivo, têm a mesma origem, e não são, pelo contrário, formas convergentes ou paralelas, provindas de étimos diferentes, tal como acontece com «rio» (do verbo «rir») e «rio» (curso de água); «são» (apócope de «santo»), «são» (saudável) e «são» (do verbo «ser»); e tantas mais?

Ora, o Padre Cabrita, ao filiar no árabe «al-Hayun» ou «al-Háin» a origem de «Olhão», veio trazer novo e importante contributo para o estudo e clarificação da questão. Faltam-me elementos que me permitam apreciar conveniente e devidamente o acerto ou desacerto da opinião do Padre Cabrita, não só por me

escassear o conhecimento da língua árabe, como também por ignorar como se processam ou processaram as transformações e modificações fonéticas, e, por consequência, como se desenvolve a evolução do árabe para o português.

Parecerá talvez desalegância ou indelicadeza da minha parte, o emprego do termo desacerto, ao referir-se à versão do Padre Cabrita quanto à origem árabe do topónimo «Olhão». Mas não o é (não o é, nem tal estaria, naturalmente, em meu propósito).

É que, não obstante a minha total (e já declarada) ignorância da língua árabe, não vai ela ao ponto de me impedir que saiba (o que, de resto, acontece com todos aqueles que se dedicam ou andam ligados a estes assuntos de linguagem) que o artigo árabe «al», invariável em género e número (e pelo qual principia grande número de palavras portuguesas), manteve, na sua passagem para a nossa língua, a sua forma original, quer dizer, fixou-se no português sem haver sofrido qualquer alteração ou transformação fonética. Designadamente, na toponímia, onde os exemplos abundam (Algarve, Alcoutim, Alportel, Alcaria, Aljezur, Almancil, Albufeira, Alcantarilha, Alfontes, Alcongosta, Algoz, etc.), não me consta que o «al» árabe desse, em português, a forma «ol». Não afirmo (não estou em condições de poder fazê-lo) que tal não tenha ou não possa ter sucedido, mas o certo é que não conheço um único exemplo que seja.

Ora, a não haver possibilidade de o «al» árabe ter dado ou dar «ol» em português, cai, obviamente, pela base a hipótese de «Olhão» ter a sua origem, como pretende o Padre Cabrita no árabe «al-Hayun» ou «al-Háin». Teria dado, quando muito, «Alhão», de que o actual «Olhão» seria uma corruptela ou deturpação, verificada já no tempo em que o topónimo se grafava ainda «Olham». Mas, terá realmente acontecido assim? Ou conhece o Padre Cabrita algum caso em que o artigo árabe tivesse dado «ol» em português?

Deixo ao elevado e esclarecido critério do reverendo sacerdote as eventuais respostas a estas interrogações.

Repito, e apesar de todos estes senões, numa coisa estou de acordo com o Padre Cabrita: que «Olhão», topónimo, e «olhão», substantivo comum, são palavras convergentes, com origens diferentes, portanto. A circunstância de não se ter encontrado até agora o étimo de «Olhão», não significa de modo algum que ele não exista, como é evidente. O que é necessário é encontrá-lo, descobri-lo, localizá-lo. O que pode muito bem suceder de um momento para o outro ou... talvez nunca.

Seja como for, e muito embora possa estar enganado, não acredito, volto a dizê-lo, que «Olhão» provenha do tal poço de que muito se tem falado e fala, mas de que ninguém conhece ao certo a localização exacta. Penso que o logo de «Olham» é muito anterior à existência do famigerado poço. Trata-se de uma lenda, na linha das da moura «Floripes» e do igualmente mouro «Menino dos Olhos Grandes» (de natureza e características dife-

rentes, naturalmente), nada mais. Isto, a meu ver, bem entendido.

O que era necessário, vinha eu dizendo, era descobrir um étimo que justificasse a origem do topónimo, pois não se pode partir do zero, do nada. Há que ter-se um ponto de partida. É indispensável, absolutamente indispensável.

E esse étimo, pese embora todas as dúvidas, interrogações e objecções que suscite ou venha a suscitar, pode muito bem ser o indicado pelo Padre José Cabrita. Pode o seu valioso contributo ser até a chave que venha finalmente abrir a porta do enigma que, quanto a mim, envolve a origem do nome da nossa terra natal.

A analogia, sabem-no quantos se dedicam aos estudos linguísticos, é a semelhança ou conexão que existe entre palavras ou expressões frásicas, quer sob o aspecto fonético, quer sob o mórfico, quer sob o ortográfico, quer sob o semântico, quer, até, sob o sintáctico.

Com base na analogia, podemos estabelecer uma explicação válida e perfeitamente lógica para a transformação, em «ol», do artigo árabe «al». Vejamos:

Nos tempos da dominação árabe, teria existido no local ou na região onde actualmente se situa a importante vila de Olhão, uma fonte ou nascente, na qual se abasteceriam de água os habitantes da área e suas redondezas. Ao local ou lugar, teriam os árabes dado o nome de «al-Háin», que, na sua língua, significa precisamente «a fonte» (não falo propositadamente em «poço», dado que a existência deste pressupõe a implicação ou intervenção do homem na sua abertura ou construção, ao passo que «fonte» é fenómeno natural, por isso que brota «voluntária» e espontaneamente do solo, sem a colaboração, auxílio ou ajuda de quem quer que seja).

Após a expulsão dos árabes, o nome por que seria conhecida a região «al-Háin» teria entrado na nossa língua (então no início da sua formação), e nela se teria fixado sob a forma «Alham» ou «Alham».

Existiria já, nesses recuados e longínquos tempos, a palavra portuguesa «olho» (oriunda, por via popular, do latim «oculu(m)», depois de «peneirada» pelos fenómenos fonéticos de queda do «u» intermédio (síncope), e de transformação, em «lh», do grupo consonântico medial «cl» (palatização).

«Olho» teria também já então adquirido, por virtude de um caso de analogia, perfeita e facilmente explicável, o significado de «fonte» ou «nascente de água» (lembro, por curiosidade intencional, a praia dos «Olhos d'Água», perto de Albufeira).

Que poderia, então, ter sucedido? Isto, simplesmente: o povo, levado e «auxiliado» pela semelhança fonética e sónica (e talvez também ortográfica), e pela conexão de significado e de sentido existentes entre a palavra de origem árabe «Alham» ou «Alham» e a então já portuguesíssima «Olham» (aumentativo de «olho» (de água), de formação nítida e retintamente portuguesa) teria

transformado o «a» em «o», dando assim origem ao topónimo «Olhão». Não por ser aumentativo de «olho», e querer significar «fonte» ou «nascente» de caudal e proporções fora do normal, mas sim, e apenas, pela semelhança fonética, gráfica e semântica que se verificava (e verifica) entre os dois termos. (Cabe aqui esclarecer que não encontrei, em nenhum dos muitos dicionários de que disponho, «olhão» com o significado de «nascente de água» de grandes proporções; todavia, nalguns deles, e a par de «olheiro», verifica-se o registo de «olho», no sentido de «fonte», «nascente», isto é, «olho d'água». Na acepção de «grande nascente de água», «nascente abundante de água», depara-se-me, sim, o termo «olheiro» (aumentativo de «olheiro»). Bastante curioso e sintomático...).

Não disponho, é evidente, de elementos seguros (quem, deles, poderá dispor em circunstâncias como estas?) que me permitam afirmar ou assegurar que as coisas se tivessem passado ou processado deste modo. Mas que a minha tese é bastante aceitável, por bem alicerçada e fundamentada, disso não tenho a menor dúvida. Do ponto de vista linguístico, sobrepõe-se mesmo, clara e irrefutavelmente, à versão tradicional que pretende situar a origem de «Olhão» num «poço», de que, em rigor, ninguém sabe a localização, e «poço» que (e isto parece-me ser mesmo o mais certo) provavelmente nem sequer existiria, quando «Olhão» já se denominava «Olham», o que se verificava já, se não antes, pelo menos, no século XIV.

De qualquer maneira, persisto na minha convicção (e agora muito bem acompanhado pelo sabedor e erudito Padre José Cabrita, que, graças à sua preciosa e útil intervenção, possibilitou a exteriorização da minha opinião): provêm de étimos diferentes «Olhão», topónimo, e «olhão» (aumentativo de «olho»), substantivo comum.

E, para concluir este capítulo do meu trabalho, nada melhor do que a citação de um dos milhentos casos ou exemplos da influência e do poder que a analogia exerce na transformação e desenvolvimento da linguagem. E justamente de um em que a «força» analógica transformou um «a» em «o», tal como julgo poder ter acontecido na evolução atrás descrita, de «Alham» para «Olham» («Olhão»).

De harmonia com as leis fonéticas que regem e regulam a passagem do latim para o português, o vocábulo latino «fame» (que significa «fome») apenas podia ter dado em português «fame» (compare-se com «faminto» e «famélico»), e foi realmente isso o que se verificou, pois era «fame» que se dizia e escrevia no português arcaico. Como explicar, então, a passagem ou transição de «fame» para «fome», contrária a todas as regras fonéticas e absolutamente inexplicáveis à luz das mesmas?

Segundo D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Antenor Nascentes, Sá Nogueira e outros, tal transformação apenas pode ser explicada pela acção exercida pela analogia, devida não só à conexão de ideias e correlação de sentido entre «fome» e «come»

(do verbo «comer»), como também por uma questão e necessidade de rima entre os dois termos, bem patente, por exemplo, no aforismo popular: «só come, quem tem fome».

RESUMINDO: — Do que fica dito, conclui-se:

a) «Olhão», topónimo, nada tem a ver com «olhão», substantivo; são apenas, e tão-só, formas convergentes;

b) a passagem de «Alhan» ou «Alham» a «Olham» (Olhão) deu-se ou por corruptela ou, mais provavelmente, por analogia; e

c) tivesse o topónimo a sua origem num poço ou nascente de grandes proporções (de água), teria dado, segundo os léxicos e dicionários que consultei (e alguns foram), não «Olhão», mas sim «Olheiro».

FUZETA

Concluído (?) o problema toponímico referente a Olhão, debrucemo-nos agora sobre as possíveis e prováveis origens dos nomes das suas quatro freguesias.

E, para não ferir susceptibilidades ou não ser acusado de parcialidade, dando preferência a esta ou àquela dessas freguesias, façamo-lo por ordem alfabética.

Assim, vou iniciar este novo capítulo do meu trabalho pela freguesia da Fuzeta.

Sobre a origem deste topónimo, escrevi há anos, para o «Boletim» da Sociedade de Língua Portuguesa, um apontamento, do qual passo a transcrever a parte que julgo mais importante e significativa:

Freguesia do concelho de Olhão, de que dista cerca de nove quilómetros, esta populosa e progressiva localidade, tirou o seu nome de «Fozeta», diminutivo de «foz»: um pequeno curso de água, o ribeiro Tronco, vai desaguar numa pequena foz, junto da povoação.

Antigamente, escrevia-se «Fozeta». Há documentos que o atestam, de dois dos quais tenho conhecimento: uma escritura de venda feita em 1572 (descoberta e transcrita por J. Fernandes Mascarenhas no seu opúsculo «Origem dos Topónimos das Freguesias de Olhão e de alguns dos seus sítios»), e «Portugal Antigo e Moderno», de Pinho Leal (citado por Ataíde de Oliveira, na «Monografia do Concelho de Olhão»), no qual o autor diz:

«Antes de mais nada, apresso-me a dizer que escrevo FUZETA, porque assim vejo escrito em todos os autores, mas estou convencido de que é um grande erro, porque, sendo esta palavra diminutivo de «foz», dever-se-ia escrever sempre FOZETA e não «FUZETA»:

Depois, e certamente devido à pronúncia fechada do «o», passou a grafar-se com «u», ou seja, «Fuzeta», grafia esta que se manteve até há bem pouco (e que continua a ser a geralmente usada),

Recentemente, porém, no novo Código Administrativo, apareceu a forma «Fuseta», com «s», o que, naturalmente, veio trazer certa confusão.

Desconhecem-se as razões em que os fautores do Código Administrativo se fundamentaram para alterar a grafia tradicional (e oficial, creio) «Fuzeta», com «z», para «Fuseta», com «s». (Eu, pelo menos, ignoro-as, e não encontrei ainda quem mas indicasse).

Portanto, e segundo a opinião unanimemente aceite e acatada (não sei de qualquer discordância), «Fuzeta» vem de «Fozeta». Primeiramente, escreveu-se com «o» (comprovam-no os documentos atrás citados) e, depois (e até aos nossos dias), com «u», mas sempre com «z». Agora, e de fresca data (e sem que se saibam os motivos), o Código Administrativo estabelece e consagra a grafia com «s», isto é, «Fuseta».

Pelo que deixo exposto, penso, evidentemente, que o topónimo deve grafar-se «Fuzeta» (como, de resto, de há muito vem sendo feito), visto tratar-se de um diminutivo de «foz» («foz» mais «eta»), cujo processo de formação é normal, e idêntico, por exemplo, aos de «lingueta», «maquineta», «fabriqueta», «roseta», «Barteta», etc.

Posteriormente a este apontamento, chegou ao meu conhecimento (e isto vem reforçar a minha opinião) que era «Fozeta» a grafia usada no século XVIII, conforme o «Numeramento (hoje chamar-lhe-famos Recenseamento), a que o Intendente Pina Manique mandou proceder em 1798 («O Termo de Olhão», da autoria de Antero Nobre, e J. Fernandes Mascarenhas, no opúsculo atrás referido).

O Padre Cabrita filia a origem do topónimo no árabe «huza», que significa «praia». A «huza» ter-se-ia juntado o sufixo diminutivo «eta», donde «Huzeta» e, mais tarde, «Fuzeta». É opinião tão respeitável e digna de apreço como qualquer outra, mas que carece, quanto a mim, de prova documental em que se apoie.

Não a perfilho. Prefiro a versão que deriva «Fuzeta» de «Fozeta» (pequena «foz»), de que a forma com «u» é alteração perfeitamente normal e aceitável.

Para se admitir a hipótese do Padre José Cabrita, teríamos de reconhecer à piscatória e pitoresca localidade um passado muito remoto e recuado, o que parece não ser o caso. Pelo menos, que eu saiba, ninguém conseguiu ainda, até hoje, apurar quando «nasceu» ou foi construída a dita povoação. Nada há que prove a sua existência antes do século XVI. Isto, de maneira nenhuma, se pode interpretar como uma afirmação categórica de que não existisse já antes daquele século, mas sim que há falta absoluta de provas que o confirmem.

MONCARAPACHO

Depois dos exaustivos e aturados estudos e investigações a que procederam J. Fernandes Mascarenhas e Antero Nobre, dois moncarapachenses ilustres, autênticos e infatigáveis desbravadores da «selva» histórica da sua bucólica aldeia natal, que poderei eu acrescentar às tentativas por eles levadas a cabo para localizar o provável étimo ou a possível origem do topónimo «Moncarapacho»?

O primeiro, inegável espírito de investigador, meticoloso, seguro e ordenado, depois de aludir às versões tradicionais de «Monte dos Capachos» e de «Monte Escarpado», de que discorda (e eu também, por as considerar, a ambas, mais ou menos fantasiosas e pueris), inclina-se para a possibilidade de o topónimo provir de «Mons Carpasium», sendo «Carpasium», que deu em espanhol «Carapacho» (concha, casca, carapaça que cobre o corpo das tartarugas e dos caranguejos), nome próprio de origem latina. E é com base no espanhol «carapacho» que J. Fernandes Mascarenhas procura alicerçar a sua versão.

Bem entendido, J. Fernandes Mascarenhas sabe bem que «Carpasium» não poderia dar em português a forma «Carapacho», e sim «Carpajo» ou «Carpaxo». De facto, e de harmonia com as leis fonéticas que regulam a evolução do latim para o português, o grupo «si» (ou «se») dá regularmente «j» ou «x» (veja-se os casos de «basiu» (beijo); «passione» (paixão); «caseu» (queijo); «ecclesia» (igreja); «laesione» (aleijão); etc. Daqui, portanto, o fundamentar a sua versão no espanhol «carapacho». E, ao apresentá-la e expô-la, aduz grande cópia de argumentos.

Antero Nobre, navegando nas mesmas águas e seguindo a esteira do seu conterrâneo, tem idêntica opinião.

José Pedro Machado, demasiado lacónico e cauteloso, pouco ou nada adianta, pois limita-se a dizer que «teremos, porventura, o elemento latino «Mon», mas nada se pode afirmar de concreto quanto à restante parte («carapacho») do topónimo».

Por seu turno, o Padre José Cabrita, num dos dois recortes, em meu poder, da série de artigos, que, sob o título genérico de «Toponímia e História», publicou no «Correio do Sul» (designadamente, no número 8), escreve: «MONCARAPACHO» — «a quinta do arranhado», como vimos», o que me leva a pensar que filia a sua origem numa palavra árabe, que, infelizmente, não sei qual seja, visto não dispor da colecção completa da sua aludida série de artigos.

Todos podemos pensar, imaginar, julgar, fantasiar, architectar,

raciocinar, supor, opinar, e cada um pode fazê-lo como melhor lhe parecer e entender. É direito natural e inalienável de que todos podemos e devemos fruir, cada qual a seu modo, sem nunca esquecer, contudo, o respeito e a consideração que devemos ter, sempre e em qualquer circunstância, pelas opiniões alheias, pois só assim estaremos em condições de poder exigir igual tratamento e atitude em relação às nossas. Por isso, o aparecimento de tantos pontos de vista, hipóteses, deduções, versões e opiniões, quantas vezes diametralmente opostos e contraditórios, para explicar factos, casos e fenómenos, de que, embora concretos e reais, se não conhecem, todavia, as causas ou as origens.

Assim sendo, também tenho opinião formada sobre a eventual e possível proveniência de «Moncarapacho». E não me furto a expendê-la. Será talvez mais uma a acrescentar às outras, e, dela, nenhum dano virá ao mundo. Bem simples ela é, por acaso. Tão simples que custa a crer que ninguém dela se houvesse ainda lembrado. Melhor, que apenas J. Diogo Correia, em 1960, na «Revista de Portugal», série Língua Portuguesa, a tivesse aflorado, embora a sua versão só parcialmente coincida com a minha.

No concelho de Olhão (não sei se também no resto do Algarve) e em certas regiões do Alentejo, a palavra «monte» é vulgarmente usada na aceção de uma courela ou bocado de terra de semear com casa para moradia (J. Fernandes Mascarenhas faz referência a este pormenor, no seu já citado trabalho «Origem dos Topónimos das Freguesias do Concelho de Olhão e de alguns dos seus sítios»). Esta a razão da designação de «montanheiros», por que são conhecidos os proprietários ou os locatários dos aludidos «montes», e, por extensão, os camponeses e trabalhadores rurais, em geral. Todos quantos, em suma, moram ou labutam na área rural do concelho.

A partir deste emprego do termo «monte», podemos formular uma hipótese, que me parece não só pertinente, como também absolutamente lógica e válida. Só que, hipótese que é, pode ser discutível. E eu admito-o sem reservas, já que não disponho de testemunhos categóricos ou de provas insofismáveis para a declarar incontroversa e irrefutável.

No que concerne a apelidos e a alcunhas, todos sabemos que os há dos mais esquisitos, extravagantes e estapafúrdios, alguns deles tocando, mesmo, as raias do picaresco, do cómico, do ridículo. São às centenas, para não dizer aos milhares. E, de grande número deles, desconhece-se por completo as origens ou proveniências.

Não poderá ter existido, já depois de Portugal se haver constituído como nação, qualquer indivíduo com o apelido ou a alcunha de «Carapacho», que tivesse sido dono ou proprietário de um «monte», no sítio (ou nas suas imediações) onde hoje se situa «Moncarapacho», apelido ou alcunha que se terá extinguido, perdido ou desaparecido na noite dos tempos?

Teríamos, deste modo (e a ter-se verificado tal), o «Monte do

Carapacho», tal como ainda hoje temos o «Monte da Guerreira», o «Monte da Mansinha», o «Monte do Estevens», o «Monte do Romeirão» e tantos outros espalhados pelas freguesias rurais do concelho de Olhão.

De «Monte do Carapacho» ter-se-ia passado facilmente, por aglutinação, a «Moncarapacho», tal como sucedeu com «Moncorvo» (de Monte do Corvo) (1), «Monsanto» (de Monte Santo), «Monforte» (de Monte Forte), etc.

É natural (e de admitir também) que me ponham a seguinte pergunta: qual, então, a origem do apelido ou da alcunha «Carapacho» (a ter existido, evidentemente)?

A perguntas desta natureza, irrespondíveis, costumava o meu saudoso Mestre e grande filólogo Agostinho de Campos responder com outras perguntas do mesmo género, isto é, igualmente irrespondíveis. Vou imitá-lo: quem será capaz de me explicar ou indicar, concretamente e sem margem para dúvidas, a origem ou a proveniência dos apelidos ou alcunhas «Alagaia», «Galhapão», «Belhoca», «Cagaia», «Patagalha», «Bochenina», «Riquiqui», «Pastagal», «Licopito», «Froita», e tantos mais?

A título meramente informativo, transcrevo o conteúdo de um documento que suponho inédito, e foi descoberto na Biblioteca da Ajuda, por feliz acidente, pela nossa ilustre conterrânea e minha estimada parente por afinidade, Exma. Senhora D. Raquel Pousão Lopes. Refere-se ele a Moncarapacho, e reza assim: B. A. — 47-XIII — 16, fls. 185/ Lagos fl. 185/ Inês de Brito/ Ordenou Capela em N.ª Sr.ª da Graça de Mencarapeicho com missa cada domingo foi provida pelo Senhor Rei D. Manuel no ano de 1520 na conta de rendimento dos bens./ in Memoria de Distribuição das notas da Cidade de Lisboa.

Embora a forma «Mencarapeicho» me pareça um erro de grafia, um pormenor há que não me atrevo a desprezar, mutio embora ele seja de reduzidas e remotas possibilidades para uma eventual explicação do topónimo. Trata-se da circunstância curiosa (que eu, por mim, considero simples coincidência) de, no documento em apreço, o topónimo principiar por «Men» (ou Mem?), nome próprio masculino, e que entra na composição de alguns sítios ou localidades, de duas das quais tenho conhecimento: «Mem» Moniz, no concelho de Loulé, e «Mem Martins», em Aqualva, Cacém (Lisboa). Repito: a meu ver, trata-se de um erro de grafia, mas, quando não há elementos seguros sobre a solução de determinado problema, todos os elementos que a ele se referiram têm de ser devidamente analisados, ponderados e considerados. É o que estou fazendo.

(1) Na autorizada opinião do distinto filólogo prof. Aleixo Gomes, MONCORVO terá provindo de MENCORVO e não de MONTE CORVO ou de MONTE DO CORVO. MEM será a forma apocopada de MENDO.

PECHÃO

Cumprindo a ordem alfabética que me impus, cabe agora a vez à freguesia de «Pechão».

Por carência de elementos e de dados seguros e incontrovertidos, nada se pode afirmar, em termos rigorosamente concretos e categóricos, sobre o étimo deste topónimo. Quanto, acerca do assunto, se tem dito e publicado, não passa de simples conjecturas, de meras, e sempre falíveis hipóteses.

Cada uma a seu modo, como é óbvio, três versões existem para explicar a proveniência do nome desta freguesia do concelho de Olhão. Exponhamo-las sucintamente, e procuremos comentá-las, apontando as folhas e as deficiências que, a nosso ver, nelas ocorrem.

Uma delas atribui a origem do topónimo a «peixão», tomado este termo na acepção popular de «mulher bonita, formosa e bela» (importa referir aqui que, a par de «peixão», e com idêntico sentido, encontrei, logo no primeiro dicionário de que me servi, igualmente «pexã», forma dupla, portanto, daquela).

Ora, em vários documentos (alguns de datas relativamente recentes), o nome desta freguesia aparece grafado precisamente «Pexão» (com o «p» inicial maiúsculo, naturalmente), o que poderá levar a pensar que esta versão reúne todas as condições para ser considerada como autêntica, e, por consequência, como a verdadeira e indiscutível origem do topónimo. Mas não me parece que seja assim.

E não me parece que seja assim, não porque a área ou a região não tivesse sido povoada, como diz Ataíde de Oliveira, por «alguma antiga padeira de Aljubarrota, que fosse natural de Faro, com a diferença a seu favor da formosura e galanteria, que escasseavam na virago que matou sete espanhóis», ou nela não houvesse existido ou vivido, em tempos recuados, qualquer dama com tais atributos físicos. Nada disso. Mulheres belas e formosas sempre as houve, há e há-de haver, em todas as épocas e latitudes, e, da sua passagem por este «vale de lágrimas», não deixaram (salvo raríssimas, e, nalguns casos, pouco honrosas, excepções), qualquer vestígio ou memória. Se o facto de não se conhecer a existência de qualquer «peixão» na zona ou região onde se encontra localizada a freguesia de «Pechão» fosse motivo determinante para a não aceitação desta hipótese (a que eu, de maneira alguma, posso aceitar), de igual modo teríamos de proceder em relação a «Brancaes», que J. Fernandes Mascarenhas filia numa hipotética «Branca Anes» ou «Branca Eanes».

Nada disso, repito. A razão por que, em meu entender, não pode ser esta a raiz do nome da povoação, é bem simples, por sinal: o emprego do termo «peixão» (ou «pexão»), para designar uma «mulher esbelta, atraente e formosa», deve ser de uso bastante recente em relação à antiguidade do povoado, o qual, segundo as provas documentais colhidas e citadas por pelos infatigáveis e profundos conhecedores destes problemas, J. Fernandes Mascarenhas («Origem dos Topónimos das Freguesias do Concelho de Olhão e de alguns dos seus sítios») e Antero Nobre («O Termo de Olhão»), remonta, pelo menos, ao século XV. E eu não creio que o emprego de «peixão» (ou «pexão») no sentido de «mulher bela e formosa», vá muito além do século XIX. É de António Feliciano de Castilho a mais antiga referência que conheço do uso do termo com aquele significado: «A menina sempre é muito mais «peixão» do que a Joaquina».

Nestas circunstâncias, isto é, se «Pechão», topónimo, for, como penso, muito mais antigo do que «peixão» ou «pexão», na acepção popular de «mulher bela e formosa», creio nada mais ser preciso acrescentar para demonstrar, «urbi et orbi», que não pode haver relação entre os dois termos, e que, por consequência, o primeiro não pode provir do segundo, porque lhe é muitíssimo anterior.

Não fora este pormenor — «dessincronização» entre os dois termos —, seria esta a versão a que daria o meu voto, a minha preferência.

Outra versão filia o étimo de «Pechão» no termo «pexão», nome por que é designada certa casta de uva da região de Leiria. (A propósito, lembro que existe também a palavra «pexã», designativa de uma casta de uva tinta, cultivada no Cartaxo e no Algarve).

Pergunta Ataíde de Oliveira: «seria esta freguesia, nos seus primórdios, povoada por vinhas desta qualidade? Não sabemos».

Antero Nobre, por sua vez, ao comentar esta versão, afirma que «não há memória de por ali existirem ou terem existido vinhas» («O Termo de Olhão»).

Não me parece que a interrogação do primeiro e a afirmação do segundo constituam argumento válido e razão decisiva para recusar ou negar «hipóteses» a esta hipótese. Se não, vejamos:

Há oito ou dez anos, tentou um floricultor norte-americano plantar na Quinta de Marim, determinadas espécies de flores mais ou menos delicadas e exóticas, e oriundas, evidentemente, de outros países e de outras paragens do globo. (Devo esclarecer que estou dentro do assunto, por nele haver participado directamente).

Todavia, factores que não interessa enumerar ou mencionar, fizeram fracassar e gorar a tentativa.

Pergunto eu: nos séculos futuros, haverá alguém que saiba ou venha a ter conhecimento desta tentativa, malograda e infrutífera, do floricultor norte-americano, levada a cabo na última metade do nosso século? Suponho bem que não.

O mesmo poderá ter sucedido a alguém que, em tempos remotos e muito recuados, houvesse tentado o cultivo da uva «pexão»,

na área da actual freguesia de «Pechão», e que a sua tentativa não tivesse resultado, em virtude de as condições e as características do solo não serem propícias ao desenvolvimento dessa casta, como, até, mesmo, absolutamente impróprias para a plantação de toda e qualquer casta do referido fruto (o que justifica, nesse aspecto, a afirmação de Antero Nobre de que não há memória de, na freguesia ou na região de «Pechão», terem alguma vez existido vinhas). Nada mais natural que isto pudesse ter ocorrido, e que, do empreendimento, nenhuma notícia, quer oral, quer escrita, tivesse chegado até nós. Tal como, suponho, virá a acontecer ao floricultor norte-americano, a que acima me refiro, no decurso imparável e inexorável dos tempos.

Portanto, esta hipótese tem inteiro cabimento, por bastante lógica e sensata, e é, por isso mesmo, perfeitamente aceitável. A meu ver, mantém-se plena de «vida», e à espera de que outra, concreta e incontroversa, a «mate» ou faça desaparecer para todo o sempre.

Em face destes considerandos, fácil se torna concluir que não estou de acordo com a versão que dá como origem do topónimo a expressão «pio chão», versão esta que é a apoiada pela generalidade dos que têm queimado as pestanas na investigação e no estudo do problema. E é que não estou mesmo. Porquê?

Bem, a linguagem adquiriu (e continua incessantemente a adquirir) usos, costumes e hábitos que determinam construções, expressões e maneiras de dizer, por vezes, absolutamente inexplicáveis. Têm esses hábitos tamanha importância, e exercem tanta e tão profunda influência na linguagem que, nalguns casos, até servem para explicar fenómenos e problemas linguísticos e gramaticais que, de outra forma, não têm ou não teriam... explicação.

É por isso que é indiferente dizer-se «bom homem» ou «homem bom», «bonita rapariga» ou «rapariga bonita», etc. O ouvido acomoda-se a qualquer destas duas expressões, e aceita-as perfeitamente, sem a mínima reacção. Todavia, se se dizer, por exemplo, «gordo homem» por «homem gordo», «cheia lua» por «lua cheia», «cheia maré» por «maré cheia», etc., o ouvido e a naturalidade repudiam e recusam energicamente tais expressões por as considerar (e são-no, de facto) arrevezadas e contrárias aos usos, aos costumes, à índole da nossa língua. Isto, para não aludir já os casos de «mulher rica» e «rica mulher», «mulher boa» e «boa mulher», expressões que, como todos sabemos, têm sentidos e significados bastante diferentes.

Salvo melhor juízo, quer-me parecer que «pio chão» está em idênticas circunstâncias. É como se se dissesse «cheia lua», «cheia maré», «alto homem», «gordo rapaz». O ouvido não se compadece com tal maneira de dizer, por contrária ao hábitos da linguagem.

O próprio Antero Nobre, no seu esplêndido estudo sobre o topónimo (e talvez mesmo sem do facto se ter apercebido), o confirma, quando, a certa altura, escreve «a capela seria considerada uma «obra pia», edificada para servir os muitos e piedosos peregrina-

nos ou romeiros que acorriam à fonte milagrosa, e o local da capela e da fonte, por isso e pela acção sobrenatural da água que ali brotava, considerado também um terreno ou «chão pio». Assim, da designação «Pio Chão», dada pelos peregrinos ao local, teria derivado «Pichão» e depois «Pechão»...

O hábito, a naturalidade, o ouvido levaram Antero Nobre a escrever, instintivamente, «obra pia» e «chão pio», após o que passa para «Pio Chão», sem explicar como tal inversão de termos se teria processado ou sido possível.

Esta inversão de «chão pio» para «Pio Chão» é, quanto a mim, inexplicável. Ainda se se tivesse verificado o contrário, ou se o topónimo fosse «Chão pio», nenhum reparo me mereceria esta versão. O facto explicar-se-ia pela tal «lei» do hábito, da naturalidade, do ouvido. Compare-se, por exemplo, com Maria Pia e Casa Pia, que a ninguém, decerto, passará pela cabeça dizer ou escrever «Pia Maria» ou «Pia Casa».

José Fernandes Mascarenhas também crê ser «Pio Chão» a origem do actual «Pechão».

Quanto ao Padre José Cabrita não sei que pensa ele sobre o assunto, e gostaria, evidentemente, de o saber, pois só assim seria possível pronunciar-me sobre a sua eventual opinião. Quem sabe se não estaremos em presença de um topónimo de origem árabe, como já foi sugerido por Ataíde de Oliveira, ao dizer que talvez seja a corrupção de alguma palavra maometana, para ele desconhecida? Quem o poderá afirmar ou negar?

Outra hipótese, todavia, se poderá formular, e com inteiro cabimento, suponho.

«Pechão», cuja área, segundo Antero Nobre, terá sofrido acentuadas modificações e alterações na sua extensão, situa-se numa zona que vem, mais ou menos, das faldas ou sopés dos Cerros de S. Miguel e do Guelhim até praticamente ao litoral.

O solo ou terreno onde a freguesia está situada, uma espécie de anfiteatro, é liso e plano, sem elevações ou desniveis acentuados, já que é, pode dizer-se, como um que um vale relativamente extenso, conforme pode facilmente observar-se ao longo da estrada que liga Olhão a Faro.

Erudito que é, o povo desconhece (não é ousadia afirmá-lo) o termo «sopé», que significa, como se sabe, falda, encosta, base ou «pé» (veja-se o sítio dos «Pés» do Cerro, que, pertencente à freguesia de Moncarapacho, fica precisamente na base ou «sopé» do Cerro de S. Miguel). E é por «pé» ou «pés» que o povo designa e conhece a falda, a base ou o «sopé» de qualquer cerro, monte, colina ou simples outeiro.

«Chão», por seu turno, é a forma popular que deu, em português, o latim «planu(m)», e significa, na sua origem, justamente «plano», «liso», «nivelado», «fácil de percorrer» (compare-se com «mar chão», que quer dizer mar sem ondulação, liso, plano).

Ora, face às características geofísicas do solo, sem desnivele-

mentos pronunciados, liso, plano, e, portanto, «chão», poderia o povo denominá-lo de «Pé chão», estando aqui «pé» por «sopé», termo este que, repito, por demasiadamente culto, era e é estranho à linguagem popular.

Daqui, a hipótese de «Pechão» poder ter provindo de (so) «Pé chão», fixando-se depois na actual «Pechão», após haver passado por diversas grafias (Peixão, Pichão, Pexão e Peichão).

É mais uma sugestão, uma nova hipótese para o estudo do topónimo. Não tem ou não terá qualquer fundamento, mas... tê-lo-ão, porventura, as demais versões apresentadas?

Deixo o problema ao critério e à apreciação de outros mais competentes e com mais autoridade na matéria.

QUELFES

E chegámos, finalmente, a «Quelfes», derradeiro troço desta digressão mais ou menos etimológica através das possíveis e eventuais proveniências dos nomes de Olhão e das suas quatro freguesias.

Emílio Hübner, arqueólogo e filólogo alemão de renome internacional, que dedicou parte do seu tempo ao estudo de problemas relacionados com a Península Ibérica, julga ser de origem germânica o topónimo «Quelfes», o que nos leva à conclusão de que o povoado existia já na época visigótica, e era, portanto, anterior aos tempos da dominação árabe. E, com toda a autoridade que se lhe reconhece, não terá, decerto, faltado ao arqueólogo alemão razões para assim pensar, de entre as quais não terá sido das de somenos importância a circunstância de, em Marim (pertencente, como é sabido, à freguesia de Quelfes, e situada, evidentemente, dentro da área da sua jurisdição), terem sido detectados alguns vestígios visigóticos.

Todavia, o arabista Frei João de Sousa é de opinião diametralmente oposta, pois considera como árabe, e não germânica, a proveniência do topónimo. Trata-se, explica, do plural do adjetivo árabe «quelfe», que significa «malhado», e deriva do verbo «cálefa» («ter ou ser de cor negra, misturada com manchas amarelas»). E esta opinião encontra eco e apoio na pessoa da competente professora de filologia germânica, D. Júlia Lopes Barbosa.

Por sua vez, tanto J. Fernandes Mascarenhas, como Antero Nobre também perfilham esta versão. Antero Nobre vai mesmo mais longe: desenvolvendo e ampliando a opinião de Frei João de Sousa, lança habilmente a sugestão de que «talvez não seja aventuroso supormos que por ali se «misturaram» não poucos berberes «mais escuros» (porque eram berberes ou muçulmanos que ocuparam o Algarve durante cinco séculos) com romanos ou visigodos «mais claros», dando origem a uma espécie de «mestiços» ou «malhados», ou então que a população primitiva era principalmente, ou mesmo exclusivamente, constituída por «mocárabes», portanto, por cristãos praticando o culto muçulmano, uma espécie de «malhados» nas crenças religiosas...» («O Termo de Olhão»). Não se pode, na verdade, negar «engenho e arte» ao seu raciocínio, meu caro Antero,

Um tanto inesperadamente (já que parece filiar no árabe a origem da quase totalidade dos topónimos algarvios), o Padre José Cabrita escreve: «QUELFES, que, à falta de documentos que nos dêem a forma árabe do nome, podemos explicar de vários modos,

ou pela cor escura dos terrenos, ou por ser terra de carpinteiros ou calafates ou de outro modo».

Surpreende e espanta que o Padre José Cabrita, competente conhecedor que é da língua árabe, ignore a existência do termo «quelfe» (ou do seu étimo «cálefa»), e se refira, por outro lado, à «cor escura dos terrenos».

Há aqui evidente e flagrante contradição entre o Padre José Cabrita e Frei João de Sousa (e D. Júlia Lopes Barbosa, também).

Diz igualmente o Padre Cabrita que «se pode explicar de vários modos» a origem do topónimo, o que pressupõe a convicção de que tem diversas (e diferentes, necessariamente) explicações para o problema.

Em presença de várias explicações ou opiniões diferentes em relação a um mesmo facto, de duas, uma: ou estão todas erradas ou (e na melhor das hipóteses) apenas uma delas poderá estar certa. É da sabedoria das nações, e daqui não podemos fugir. E admitindo por absurdo (já que, havendo uma autêntica e verdadeira, não se justificaria a existência de outras explicações), que, entre os «vários modos» de explicar a origem do topónimo, um deles estará certo, surge, imediata e naturalmente, a pergunta: E qual deles?

Quanto a mim, desta feita, não me é possível tomar qualquer posição sobre o problema, pois não disponho de um indicação ou pista, ténues que fossem, que me permitam desenvolver uma versão ou aventar uma simples hipótese.

A meu ver, e enquanto não surjam provas documentais decisivas (o que, infelizmente, no caso, me parece praticamente impossível), a origem deste topónimo continuará a ser uma incógnita indecifrável, um mistério insolúvel.

Como se sabe, foram os Bascos e os Celtas os primeiros povos que habitaram a Península.

Vieram depois, e sucessivamente, os Fenícios, os Gregos, os Cartagineses, os Romanos (149 anos a. C.), os Bárbaros, compreendendo os Godos e os Visigodos, e, por fim, no século VII, toda a Península (batalha de Guadalete, em 711), cai em poder dos Árabes, que por cá permaneceram durante cerca de cinco séculos.

Das vicissitudes por que passou o solo da antiga Lusitânia, resultou que a língua portuguesa conheceu e passou por inúmeras fases.

É, portanto, provável, que tivesse sido o Basco (ou Vasconço) ou o Céltico o nosso idioma primitivo, como o provam algumas palavras de origem basca ou vasconça («aba», «bezerro», «esquerdo», etc.) e céltica («Penalva», «Penacova», «Penela», «Cetóbriga», «Conímbriga», «Beletânia», «bardo», «Minho», «coelho», «gordo», etc.).

A presença na Península dos outros povos já referidos, provocou, como não podia deixar de ser, modificações e alterações profundas na nossa língua, o que é confirmado pelo uso que ainda

hoje fazemos de inúmeros vocábulos de origem fenícia («farda», «barca», «galera», «Lisboa», «Lusitânia», «mapa», «túnica», etc.); de origem grega, de que temos ainda bastantes vocábulos, ditongos, prefixos, etc.; dos romanos, de quem herdámos, como é do conhecimento geral, o substracto da nossa língua,

Com a invasão dos Bárbaros, o latim popular (base de toda a actual língua portuguesa) é profundamente alterado, corrompe-se, e, a pouco e pouco, dá lugar a diversos dialectos, correspondentes aos locais e aos agrupamentos desses povos. Do germânico, língua falada pelos Bárbaros (Godos e Visigodos), que invadiram a Península no século V, também recebemos muitos termos: «guerra», «rico», «feudo», «norte», «oeste», «Carlos», «fresco», «elmo», «franco», «arauto», «albergue», «Alberto», etc.

Do árabe, como já foi dito, ficaram-nos igualmente muitos vocábulos, tais como, e entre inúmeros, «alcaide», «álcool», «alfange», «almotolia», «almofada», «álgebra», «alcachofra», «algália», «alfândega», «algarismo», «algema», xarope», «oxalá», «zero», «Alcoentre», «almargem», etc.

Como se observa por este rápido bosquejo histórico-linguístico, a língua portuguesa, embora de origem latina, é uma língua a que se pode chamar, com inteira propriedade, universal. Não universal no sentido de ser falada em ou por todo o mundo, mas por albergar e conter, dentro de si, termos e vocábulos das mais variadas e diversas origens e procedências, uns anteriores ao próprio latim, outros posteriores.

Nestas circunstâncias, «Quelfes» pode até não ser de origem germânica, nem tão-pouco de proveniência árabe. Sabe-se lá, ao certo, qual o étimo deste nome! Quem poderá responder a tal interrogação? A séculos de distância do aparecimento e fixação deste topónimo na língua portuguesa, quem será capaz de desvendar o mistério que envolve a sua origem?

Ninguém, estou em crer.

SÍTIOS DO CONCELHO DE OLHÃO

Era minha intenção inicial estudar apenas as origens dos nomes de Olhão e das suas quatro freguesias. Estudar ou, melhor dizendo, trazer novos elementos para uma eventual solução do problema, já que, em boa verdade, nada de concreto e irrefutável terei conseguido adiantar em relação ao mesmo.

Uma vez, porém, que estou «com as mãos na massa», decidi alongar o meu contributo, e ocupar-me, desta feita, dos nomes de alguns dos sítios do nosso concelho (e só de alguns e não de todos, dado que sítios e lugares existem, para cujas denominações, e pese toda a minha boa vontade e todos os meus esforços, não me foi possível descortinar a mínima explicação ou, sequer, a mais ligeira referência).

Iniciarei esta nova ronda do meu trabalho, pelo CERRO DE S. MIGUEL, essa autêntica e maravilhosa pedra preciosa com que a Natureza nos dotou, estranha e inexplicavelmente votada ao mais completo abandono e ostracismo por parte das entidades competentes. E pensar a gente que, para a valorização e desenvolvimento do local, bastaria a construção de um acesso fácil ao seu topo, do qual o visitante pode, extasiado, contemplar, até aonde a vista alcança, um dos mais belos, extraordinários e deslumbrantes panoramas de toda a província algarvia. Pensar-se assim, e verificar-se que nada até hoje foi feito nesse sentido, entristece e magoa.

De modo algum constituirá exagero, afirmar que escassos serão aqueles que sabem que a designação oficial deste Cerro é MONTE FIGO, designação esta que provirá de Monte do Figo (o solo do Cerro — afirmou-mo um habitante do mesmo — é de uma fertilidade espantosa no desenvolvimento de figueiras, e daí, julga-se, a sua designação oficial).

A maioria da população do concelho desconhece, por completo, este facto, e se se lhe perguntar se sabe onde, na região, fica o Monte Figo, a resposta será, certamente, negativa.

Como e porque se popularizou com o nome de S. Miguel o idílico e paradisíaco local?

Sem dúvida, dir-se-á, por virtude de, no aludido Cerro, se encontrar consagrada a S. Miguel, uma capela ou ermida, de cuja construção se ignora a data, mas que, segundo me informou o Padre Isidoro Domingos da Silva, prior de Moncarapacho, deve ter sido erguida entre os fins do século XV e meados do século XVI. Anteriormente, disse-mo igualmente o mesmo sacerdote, a capela fora construída no cume do Cerro, mas os ventos e os temporais (par-

ticularmente violentos em local tão elevado e desabrigado) a que estava exposta, cede a danificaram, e de tal modo e a tal ponto que nova capela foi construída, desta vez, mais abrigada e protegida da violência das intempéries, no sítio onde, actualmente ainda se mantém, ou seja, na encosta norte do Cerro, no chamado Barranco de S. Miguel.

Tudo indica ser esta a razão. É quase certo ser esta a explicação da origem da denominação do Cerro. Mas *será* realmente assim, ou *talvez seja* assim?

Sempre que um «quase» ou um «talvez» existem, é certo e sabido existir sempre, implícita e paralelamente, uma dúvida. Por outras palavras: ainda que todos os indícios, circunstâncias e elementos de apreciação nos conduzam à mais lógica, natural e admissível das conclusões, não haja provas concludentes e irrefutáveis sobre seja qual for o facto que se queira comprovar ou demonstrar, a dúvida e a incerteza manter-se-ão sempre. São conceitos absolutamente indissociáveis. É dos livros e da sabedoria das nações.

Ora, sendo assim, uma dúvida (uma, pelo menos) se pode levantar. Ei-la: teria sido o Cerro que teria tirado o nome da ermida, ou, ao invés, teria sido o Cerro que teria dado origem à designação da capela? Seria o Monte Figo já conhecido por Cerro de S. Miguel, antes de a ermida ter sido construída?

Embora pouco provável, é possível.

Após a expulsão dos árabes, lançaram-se os portugueses, quase de seguida, na exploração e na conquista do norte de África, sucedendo-se as expedições armadas no combate aos mouros.

Eram padroeiros dos portugueses S. Jorge e S. Miguel (se a memória não me falha, foi D. Afonso III quem invocou S. Jorge como patrona dos lusitanos). «Por S. Jorge e S. Miguel!» era expressão muito usada, como palavra de ordem, pelos expedicionários e mareantes portugueses nas suas incursões e empresas por terras de Mafoma.

Segundo empre ouvi dizer da boca de tripulantes de antigos caiques olhanenses que faziam as «carreiras» do Algarve para Gibraltar e Marrocos, no regresso, é precisamente o Cerro de S. Miguel a primeira terra portuguesa que se avista.

A ser assim (e não tenho qualquer motivo para pôr em dúvida esta informação), o mesmo terá decerto sucedido com os primeiros expedicionários e marinheiros portugueses, que, nos primórdios da nossa nação, se aventuraram até aquelas perigosas e longínquas paragens (perigosas e longínquas, em relação à época em que tais viagens se realizaram).

No regresso (e até a circunstância lhes serviria de ponto de referência e de consequente orientação), tinham a certeza de estarem a aproximar-se da pátria, logo que o Monte Figo se tornava visível no horizonte, e, na sua alegria e satisfação (e cristãos que eram), não conteriam a exclamação da habitual «Por S. Jorge e S. Miguel!», como primeiro acto de agradecimento por terem voltado, sãos e salvos, ao solo pátrio.

Deste modo, passaria o Monte Figo a ser conhecido popularmente por Cerro de S. Miguel (e só por Cerro de S. Miguel, em virtude de, nesse tempo (séculos XIII e XIV), existir já, em Lisboa, certamente, o Castelo de S. Jorge).

Pessoalmente, penso que o Cerro deve a sua denominação popular à capela que, dedicada a S. Miguel, nele foi e se encontra construída. Parece-me a versão mais lógica, quase inatacável e indiscutível. Mas podemos, os que assim pensamos, estar todos redondamente enganados, e ter origem diferente o nome por que o Cerro é vulgarmente conhecido.

Ademais (importa citá-lo), contrariando a informação do Padre Isidoro Domingos da Silva de que, antes da actualmente existente, houve outra ermida no topo do Cerro, o sabedor e competente historiador e arqueólogo olhanense Abílio Gouveia, afirma-me nunca ter ouvido falar em tal, nem nunca ter encontrado o menor vestígio de alguma vez lá ter existido qualquer construção. E a «mestre» Abílio, conhecedor profundo que é de toda a história local, o facto não teria, decerto, passado despercebido.

* * *

Para explicar a etimologia de MARIM várias versões existem.

Com excepção da do Padre José Cabrita (que lhe é posterior), encontram-se todas essas versões condensadas no opúsculo «Origem dos Topónimos das Freguesias do Concelho de Olhão e de alguns dos seus sítios», da autoria, como já aqui tem sido referido, de J. Fernandes Mascarenhas. Creio valer a pena transcrever, na íntegra, a parte que se refere a este topónimo.

«Sítio dos mais aprazíveis do concelho de Olhão, cheio de hortas verdejantes, salpicadas pelo branco das casas com as suas chaminés rendilhadas, e tendo por fundo o azul lindíssimo do mar algarvio, nele floresceram várias civilizações, tais como a romana, visigótica e árabe, de que se encontram vestígios bem nítidos. E fronteira à barra velha de Olhão, qual sentinela vigilante contra os piratas argelinos e marroquinos que outrora talavam as costas algarvias, ergue-se o resto da torre mandada construir por El-Rei D. Dinis, ostentando um brasão das armas portuguesas desse reinado e uma inscrição em caracteres unciais alegórica à construção da velha torre.

O topónimo MARIM talvez seja de procedência árabe, pois, precisamente como hoje se escreve, foi um nome de um antepassado da tribo dos «Benemarim» ou «Belemarim», à qual, segundo o ilustre arabista Prof. David Lopes, em cuja valiosa obra também nos baseámos, pertencia a família real dos Merínidas, que reinou em África e na Hispânia, após os Almôhadas.

O Dr. J. Xavier Fernandes, se bem que hipoteticamente, também lhe atribui origem árabe, com o significado de um «posto civil e militar, entre os mouros».

Sem dúvida que, dessa civilização, existem em MARIM vários vestígios. No seu aro, com muitos e férteis botelhos regados com a

tradicional cegonha ou picota, o «telleno» dos romanos, que os árabes também utilizaram, e que Santo Isidro de Sevilha cita sob o nome de «cicônia», corre também na tradição oral e escrita uma célebre lenda árabe, que parece denotar a existência, no local, de qualquer potentado da religião de Mafoma.

Tem ela por protagonistas principais uma formosa moura, filha de um poderoso e rico senhor desse stio (talvez de nome Marim), e um jovem mouro, poeta e músico, que muito a amava, mas cujos amores, contrariados pelo pai, terminaram tragicamente num grande abismo cheio de água que surgiu certa noite, magicamente, em frente do seu castelo, no momento em que esse pai cruel precipitava sua filha sobre o mancebo enamorado, que, desequilibrando-se, caiu no abismo, arrastando-a consigo.

Não obstante todos esses vestígios, a palavra MARIM deriva de «Marinus» (termo latino que significa «marinho, terra junto ao mar»), o que aliás não admira, dado que os romanos ocuparam o norte de África, onde deixaram vestígios, não só monumentais, como do seu idioma.

O Prof. Leite de Vasconcelos inclui o termo MARIM «entre os nomes de pessoas tornados geográficos, tomando-o como resultante do genitivo «Marini» do antropónimo «Marinus».

De idêntica opinião é também o nosso querido Amigo e erudito latinista Prof. António Augusto Ramos.

MARIM deve ser, portanto, um topónimo de procedência árabe, mas derivado do latim, pelas razões anteriormente expostas. É pois provável que fosse trazido pelos mouros quando dominaram o Algarve ou, então, se porventura o sítio já tinha essa designação, não é de crer que tivesse coexistido um «Statio Sacra», hipotética cidade romana que não vem citada no «Itinerário de Antonino», e que o sabemos só na «Cosmografia de Revennate», IV, 43, que a situa entre Balsa e Ossónoba, e sobre a qual, apesar dos muitos vestígios arqueológicos encontrados no local, o Prof. Leite de Vasconcelos era da opinião que o citado autor tivesse invertido a posição dos lugares, e que «Statio Sacra» seja sinónimo de «Promuntorium Sacrum», em contradição, portanto, com o que afirma Estácio da Veiga.

Seja como for, esse espólio arqueológico, entre o qual figura uma curiosa «aedícula», recolhida por Estácio da Veiga no Museu Etnológico de Lisboa, que lhe fora ofertada pelo proprietário da quinta de MARIM, João Lúcio Pereira, pai do grande e esquecido poeta algarvio João Lúcio, e outros objectos, muitos dos quais encontrados nas explorações feitas pelo distinto arqueólogo sr. Abílio Gouveia, vêm provar a existência de um importante núcleo populacional, que desapareceu, mas cuja verdadeira denominação seria interessante esclarecer-se cientificamente.

O Padre José Cabrita, por sua vez, também atribui ao topónimo proveniência árabe, e diz: «MARIM, «a torre», de que ainda restam paredes na casa da Quinta de Marim».

No que se refere a significado, a versão do Padre Cabrita não

converge com a do Dr. J. Xavier Fernandes, pois, enquanto este diz que MARIM significa, em árabe, «posto civil e militar», aquele afirma significar ele «a torre». Há, portanto, neste aspecto, flagrante contradição.

Por outro lado, temos aqui, no Algarve, a vila de Castro Marim, o que, a aceitar-se a tese do Padre Cabrita, daria um hibridismo que se traduziria por Castelo Torre ou coisa parecida. E isto seria uma incongruência, dado que todos os castelos ou castros têm ou tinham, como parte integrante, a respectiva torre (pelo menos, a chamada torre de menagem). Castro Marim, em meu entender, quer dizer castelo, fortaleza ou fortificação «junto ao ou do mar».

Como se observa, as divergências, para além de pormenores de natureza secundária, incidem sobre se é latina ou árabe a procedência do topónimo.

Eu «voto» na primeira hipótese, ou seja, que o termo MARIM é de origem latina.

A designação terá sido dada ao local pelos romanos, persistiu durante a invasão dos bárbaros, e resistiu nos cinco séculos em que os mouros foram amos e senhores do nosso território. Casos semelhantes se verificaram, de resto, um pouco por todo o Portugal.

Foneticamente, «Marinu-» deu regularmente, em português, «Marinho»: o «n» latino, quando entre vogais, e sendo a primeira dessas vogais «i» tónico, e a segunda qualquer outra (excepto se era caduca), reduzia-se a «nh». Eis alguns exemplos: «caminu-» — caminho; «cocina-» — cozinha; «linu-» — linho; «sardina-» — sardinha; «farina-» — farinha; «marinu-» — marinho; mas «fine-» — fim; «latine-» — latim; «sine-» — sem (por ser caduca, nestes três últimos casos, a vogal final).

No que se refere à passagem da terminação «inho» a «im» é fenómeno de certo modo vulgar na linguagem do povo.

Como se sabe, e obedecendo talvez à chamada «lei do menor esforço», o povo transforma ou dissimula o «o» (fechado) em «e» (o «o» final, bem entendido). É este o motivo por que ouvimos proferir «poce», por poço; «quante», por quanto; «gate», por gato; «tante», por tanto; «sapate», por sapato; «macaque», por macaco; «garote», por garoto; «padrinhe», por padrinho; «bonequinhe», por bonequinho; etc.

E, a partir já da terminação popular «inhe», há certa tendência para a pronunciar «im». Atente-se, por exemplo, em «merim» (pronuncie-se «mèrim», ou «meirim» (de «meirinho», funcionário judicial, oficial de diligências); «Manelim» (de Manelinho, diminutivo de Manuel); «quartim» (de quartinho, antiga designação de 1\$20 ou 1.200 réis); «Francisquim» (de Francisquinho, diminutivo de Francisco); «Marim» (leia-se «Màrim») ou «Mairim» (de Marinho ou Mairinho, diminutivo de Mário) e tantos mais. (Aliás, convém notar que «im» é também sufixo diminutivo).

Já quase me escapava um pormenor, a que deveria ter aludido na altura própria.

Conheço, de lés-a-lés, pode dizer-se, a Quinta de Marim (o Dr. João Lúcio era meu padrinho, fui nado e criado na sua casa, e, depois da sua morte (e durante largos anos), continuei a viver com familiares seus), e nunca me apercebi da existência, na extensa propriedade que é Marim, das ruínas da torre árabe a que o Padre José Cabrita se refere.

Não haverá aqui confusão com a torre mandada erguer por D. Dinis, torre essa muito posterior (não poderia deixar de o ser) à estada dos mouros na região?

Ou será que, no local, existem restos das duas torres, uma de origem árabe, outra de construção portuguesa?

Não nego, nem afirmo, mas duvido. Dúvida que não me impede de me inclinar para a possibilidade de haver confusão da parte do Padre José Cabrita.

Portanto, em meu entender, o étimo de MARIM é o latim Marinus, quer este termo seja tomado como substantivo comum, quer considerado como antropónimo (como opina o Prof. Leite de Vasconcelos) tornado topónimo, casos estes de que abundam exemplos por esse País fora.

* * *

O nome BRANCANES, sítio pertencente, na sua quase totalidade, à freguesia de Quelfes, mas praticamente absorvido pela freguesia de Olhão (para quando uma revisão administrativa que fixe os novos limites das freguesias do nosso concelho?), terá resultado, segundo J. Fernandes Mascarenhas, da aglutinação do nome próprio «Branca Eanes» ou «Branca Anes», senhora que no local terá vivido, e distinguido por qualquer motivo.

É opinião perfeitamente aceitável, e com todos os laivos de veracidade. Capacíssima, portanto, de estar certa. Admito-a quase sem reservas.

E digo «quase sem» e não apenas «sem», por haver um pormenor que faz oscilar um pouco os seus alicerces.

Em Setúbal, cidade cujas actividades laborais mais importantes eram, até há bem pouco, idênticas e semelhantes às de Olhão — as indústrias da pesca e das conservas —, existe (na estrada nacional que liga a rainha do Sado a Lisboa) um sítio igualmente denominado «Brancones». Por outras palavras, nos arredores de Olhão (e, no dizer feliz de J. Fernandes Mascarenhas, como que a abraçá-la por todos os lados), e nos arrabaldes de Setúbal, localidades, repito, com características similares e afins, verifica-se a existência de um sítio ou lugar com nome precisamente igual: «Brancones».

Pura (mas quase impossível) coincidência? Teria existido também outra «Branca Eanes» ou «Branca Anes» na periferia de Setúbal, e que tivesse de igual modo dado o seu nome ao local onde teria vivido, tal como teria acontecido com a sua homónima de Olhão?

Uma coincidência deste quilate é quase inacreditável. Teria o nome sido trazido para Olhão por setubalenses ou levado por olhanenses para Setúbal? Para se responder a esta questão seria, antes de mais, indispensável apurar-se desde quando se chamam «Brancones» os dois sítios, o de Olhão e o de Setúbal.

* * *

Na freguesia de Moncarapacho, e entre outros, há os sítios da JORDANA e da MARAGOTA, topónimos que, na opinião de J. Fernandes Mascarenhas, são de proveniência espanhola.

Muito especialmente no que se refere à JORDANA, não concordo com esta versão.

É antiquíssimo em português o onomástico Jordão, não só como apelido, mas também como nome próprio. Encontramo-lo em qualquer Vocabulário Onomástico.

Não será (não é mesmo) muito comum, de facto. Todavia, também não é tão invulgar e incomum como muita gente poderá pensar. Uma simples consulta a uma lista telefónica comprova esta asserção. (E, certamente, nem todos os portadores deste apelido disporão de telefone...).

JORDANA, em meu entender, é o feminino (popular, claro) de Jordão, nome próprio ou, mais provavelmente, apelido de alguém que, em épocas recuadas, no sítio houvesse vivido. JORDANA terá sido, pois, a mulher, viúva, filha, mãe ou parente enfim de qualquer Jordão, e que, por qualquer razão (são tantas e tão diversas as circunstâncias que ocorrem na denominação dos topónimos) lhe determinou a designação.

Tal como terá sucedido com «Galvana» (de Galvão); «Brancoa» (de Brandão); «Guerreira» (de Guerreiro); «Carma Dias»; «Rosária Cavaca» (de Cavaco, sem dúvida); «Ana Velha»; etc.

Enfim, mais um dos inúmeros casos de antropónimos tornados topónimos.

Abro aqui um parêntese para referir um caso bastante curioso e significativo: o Largo de S. João de Deus, em Olhão, ainda hoje é vulgar e popularmente conhecido pelo nome de Largo da «Cacela», por nele ter estado estabelecida, com uma venda ou taberna, uma velhota conhecida pela tia «Cacela». A propriedade e o estabelecimento já desapareceram há muitas dezenas de anos, mas a designação popular da artéria — Largo da Cacela — tem resistido ao rodar do tempo, e continua a ser a geralmente usada, e de tal modo que não é certamente exagero afirmar que não haverá, em Olhão, quem não saiba onde é o Largo da Cacela, e que poucos serão os que sabem onde se situa o Largo de S. João de Deus...

Isto de JORDANA provir de Jordão não constitui, de modo algum, uma certeza. É apenas uma hipótese, pois não ignoro a existência, em português, (e particularmente no Algarve) de muitos termos de origem espanhola (já publiquei, até, há anos,

na REVISTA DE PORTUGAL, Série Língua Portuguesa, um estudo sobre este tema).

Pode muito bem dar-se o caso de J. Fernandes Mascarenhas ter razão, isto é, ser o castelhano a origem do topónimo JORDANA. Simplesmente, e pelos exemplos que aponto, não me inclino para a opinião do distinto investigador moncarapachense.

Quanto a MARAGOTA, permito-me apenas esclarecer que este termo existe em português, com o significado de «bodião», peixe que abunda na nossa costa. E o sítio da MARAGOTA não fica muito distante do litoral (pelo contrário), e muitos dos seus moradores dedicam-se à faina e à labuta da peçca. Quererá isto dizer alguma coisa? Ignoro.

É simplesmente a exteriorização de uma ideia, de um pensamento. Uma sugestão, nada mais.

Consequente, inconsequente?

Não sei, confesso.

* * *

ALFANDANGA, na freguesia de Moncarapacho, representa, segundo o Padre José Cabrita, o árabe «al-fandak», que significa «a estalagem». Nada tenho a opor a esta versão.

Temos também na mesma freguesia, o sítio de BIAS.

Era minha convicção que este topónimo era um hipocorístico (no plural, já se vê) do nome próprio Maria.

Como é sabido, é bastante usual (pelo menos, aqui no Algarve), chamar-se carinhosa e familiarmente BIA às crianças cujo nome próprio é Maria, e tal hipocorístico acompanha-as, regra geral, pela vida fora. Teria havido, pensava eu, duas, três, quatro ou mesmo mais Bias, que, nele vivendo, teriam dado o nome ao sítio. Mais tarde, teria sido aberto um caminho ou passagem (tornado posteriormente estrada nacional), circunstância que teria situado uma ou mais dessas Bias ao Sul, e ao norte outra ou outras. Daqui, naturalmente, a designação actual de BIAS DO SUL e BIAS DO NORTE, conforme a sua situação em relação à estrada. Era esta a minha explicação para a etimologia ou origem deste topónimo. Parecia-me a mais natural, lógica e convincente.

Tive, contudo, de abandoná-la quando chegou ao meu conhecimento o que, na «Corografia do Reyno do Algarve», de Frei João de S. José, este escreveu no ano de 1577, e vem transcrito na «Origem dos Topónimos das Freguesias do Concelho de Olhão e de alguns dos seus sítios», de J. Fernandes Mascarenhas:

«Tem Farão bom porto e seguro a que se entra polla foz do Rio BIAS, que está afastado da cidade quasi hua legua e mea, e este rio he de água salgada, e tem duas bocas; por esta q he a maior entrão nauios de 130 e 200 toneladas; e polla outra menos principal caruellas e outros bayxeis desta sorte».

Em linguagem actual, escrever-se-ia deste modo: Tem Faro porto bom e seguro, para o qual se entra pela foz do Rio BIAS,

que está afastado da cidade quase uma légua e meia; este rio é de água salgada, e tem duas bocas (entradas). Por uma, a maior, entram navios de 130 e 200 toneladas; e pela outra, mais pequena, caravelas e outros baixéis do mesmo tipo ou calado.

Deve tratar-se da chamada «Barra Velha», situada na ponta leste da Ilha da Culatra, que dava entrada no canal existente entre a Ilha do Coco e a referida Ilha da Culatra, canal que se estendia (e estende) até Faro, e também acesso à Ria Formosa pelo estreito canal entre a Ilha da Armona e a Ilha do Coco (frente, aproximadamente, ao moinho de Marim).

Tudo certo e comprovado, como facilmente se observa.

É opinião de J. Fernandes Mascarenhas, com a qual estou plenamente de acordo, que o nome de BIAS teria sido posto pela tripulação de qualquer barco grego, ou mesmo proveniente de indivíduo de origem helénica, que no local tivesse habitado. (Cabe aqui referir que se sabe terem os gregos estado no litoral algarvio). Portanto, e até prova em contrário, BIAS é de origem grega, tanto mais que se tratava de antropónimo muito vulgar entre os helénicos.

Contra factos (e documentos) não há possibilidades de argumentação.

* * *

Passemos a QUATRIM, sítio igualmente pertencente à freguesia de Moncarapacho.

Quanto a mim, este nome, que tanto pode ser substantivo comum, como alcunha ou apelido, está intimamente ligado à palavra «quatro» e seus derivados, tais como «quarto», «quadri», «quarti» ou «quatri» (estes dois últimos funcionando como primeiro elemento na composição de várias palavras em que entra o significado ou a noção de «quatro»). Poderá, portanto, significar uma quarta parte (pequena) de qualquer quantidade ou medida, e, neste caso, o topónimo seria a redução de «quartinho», e, conseqüentemente, indicaria uma diminuta ou pequena parcela ou courela de terra.

Como alcunha ou apelido também existe em português a forma «Quartim» (estou a lembrar-me do eng.^o Quartim Graça, que foi figura grada e destacada durante o regime marcelista, e que, por intermédio do saudoso Dr. Francisco Fernandes Lopes, me fez, em tempos, uma consulta sobre a possível origem do seu apelido, e ainda de um antigo capitão de milícias, de seu nome Lázaro ou Caetano Quartim, se não me falha a memória), de que o actual QUATRIM também poderá ser uma ligeira adulteração, pela simples troca de duas letras no interior da palavra, fenómeno que, em fonética, se chama «metátese», e se verifica tanto a nível erudito, como a popular (veja-se, por exemplo, estes dois casos de cunho popular, já que os de natureza erudita se estabeleceram, na sua generalidade, no início da formação da nossa língua: António, por António, e Gregóiro, por Gregório).

Por mera curiosidade, referirei que existe em português o subs-

tantivo comum «quattrim», com o significado de «antiga moeda de pouco valor»; «ceitil»; «branca» (antiga moeda de prata).

Portanto, a meu ver, QUATRIM ou é substantivo comum ou alcunha (mais tarde tornado apelido) convertido, como tantos outros, em topónimo. O apelido seria Quartim, corrompido em Quattrim (ou vice-versa), usado por alguém que tivesse nascido ou vivido no sítio, e lhe originasse a denominação.

* * *

Se há nomes cujas origens são um verdadeiro desafio à mais fértil das imaginações, ESTIRAMANTÊNS é, sem dúvida, um deles. Um autêntico quebra-cabeças.

Pertencente, em parte, à freguesia de Moncarapacho, é enigma praticamente insolúvel a etimologia ou a proveniência deste topónimo.

Tanto pode ser o resultado de uma aglutinação de um verbo com um substantivo, como uma alcunha, como, até, a deturpação de um nome próprio. Pode ser isto tudo, e pode não ser... nada disto. Qual a sua verdadeira e exacta origem? Quem a conhece?

Apenas hipótese e conjecturas se podem aventar.

Como aglutinação de verbo e substantivo, podemos (e devemos) dividir a palavra em dois elementos distintos e independentes: «estira» (do verbo «estirar») e «manténs» (plural do substantivo «mantém» que significa «toalha de mesa», e se usa habitualmente no plural).

«Estirar» tem, entre outros, o significado de «estender», e, nestas condições, indicaria o local ou lugar onde tivesse vivido qualquer lavadeira (de roupas, claro), que, depois de as lavar, as «estendesse» ao sol para as secar. Seria ou teria sido tal lavadeira especialista na lavagem de «manténs» ou «toalhas de mesa». (Importa, talvez, lembrar que, não há muitos anos ainda, havia mulheres (geralmente, do campo) que exerciam o mister de lavadeiras. Vinham semanalmente buscar a roupa suja às casas das suas clientes, levavam-na consigo para a lavar e secar, após o que a vinham trazer, uma vez limpa e nas devidas condições. E esta roupa era geralmente lavada nos ribeiros).

O lugar teria sido inicialmente «Estira manténs», tendo-se depois os dois termos fundido, por aglutinação, em «ESTIRAMANTÊNS».

Embora da minha lavra e inteira responsabilidade, acho, no entanto, esta hipótese pouco plausível e conseqüente, já que, quer «estirar», quer «manténs» (principalmente este) são termos por de mais eruditos para serem usados e conhecidos pelas camadas populares. Todavia, num oceano de dúvidas tão encapelado, como se apresenta a tentativa de explicar este estranho e insólito topónimo, é mais uma achega, mais uma hipótese.

É de admitir também que a designação do sítio provenha da alcunha de qualquer morador no local ou nas suas imediações.

Por mais de uma vez já, tenho aqui referido a existência de

alcunhas, esquisitas e extravagantes, de que, em muitos casos (quase diria na maioria), se desconhecem completamente as origens.

Em abono desta afirmação, apenas um exemplo:

Em 1952, um morador na Rua do Caquelé, em Castelo Branco, pretendendo saber a origem daquele «Caquelé», e depois de, em vão, o ter tentado por todas as vias de que dispunha, resolveu, em última instância, dirigir-se à Sociedade de Língua Portuguesa, que, na respectiva secção («Consultório»), lhe deu, mais ou menos, a seguinte resposta:

Não sabemos quais as autoridades consultadas pelo nosso consultente, mas, na verdade, não encontramos qualquer tentativa etimológica para explicar o dito étimo; mais: nenhuma referência, como simples registo, nos foi dado achar.

Conhecemo-lo agora por intermédio do senhor consultente. Devemos-lhe esta fineza e a ele fica cabendo a respansabilidade do novo verbete com que vamos enriquecer o nosso ficheiro.

O que vamos dizer não passa, evidentemente, de hipóteses, pois faltam-nos a respeito deste nome todos os elementos com que, noutros casos, se explicam, com variável facilidade, os topónimos.

Há, para começar, um ponto sobre o qual poucas possibilidades pode haver de desacordo: trata-se inicialmente de um antropónimo, de uma alcunha.

E, depois de apresentar três hipóteses para a eventual explicação da palavra, conclui o porta-voz da Sociedade de Língua Portuguesa:

«Em qual destas três hipóteses reside a explicação, ou qual será a quarta e verdadeira, só o poderá saber, além de Deus, aquele que um dia descobrir quem era a figura popular albacastrense que se dava pela alcunha de «Caquelé», e lhe dedicar um estudinho, por onde possamos também deduzir a significação de tão estranho vocábulo».

E prossigamos com o topónimo ESTIRAMANTÊNS.

No que se refere a uma possível deturpação, possa ela embora parecer demasiadamente profunda e acentuada, é hipótese que não podemos repelir ou recusar sem mais estas ou aquelas.

De facto, quem nos pode garantir não ser ESTIRAMANTÊNS uma adulteração ou corrupção de um nome próprio, melhor, de uma expressão substantivada própria? Por exemplo, de uma Ester Mateus, Matias ou mesmo Martins?

Aqui mesmo, no nosso concelho, temos exemplos de deturpações que alteram, acentuada e profundamente, a pronúncia dos nomes originais, designadamente, no que concerne a onomásticos. Todas estas deturpações são de natureza popular. Eis algumas, ao acaso: à Quinta de «João de Ourém» chama o povo Quinta de «Jondréns»; «Torrejão» é corruptela de «Torre de Johanes»; «Noitel» (Largo do «Noitel», em Moncarapacho) é, com certeza (aquela certeza relativa que se pode ter nestes problemas), ou alcunha ou desvirtuação do nome próprio Neutel.

Entre inúmeros casos locais de que tenho conhecimento directo, cito o seguinte: morreu, há anos, em Olhão, um «ilho», cujo nome próprio era Hipólito. (Convém esclarecer que o termo «ilho» é o designativo popular dado aos pescadores que, provenientes da Murtoza, de Estarreja, de Ovar, de Ílhavo («ilho» é mesmo, suponho, deturpação de Ílhavo), em suma, de toda a região aveirense, que por aqui se fixaram e estabeleceram).

Pois bem. Sabem como ele próprio pronunciava o nome? Nada mais, nada menos do que «Ripolde». E, porque entrado já em anos, os camaradas, companheiros, amigos e conhecidos, todos em suma, tratavam-no por «Ti Ripolde».

Informou-me a meu velho Amigo João Novak que, algumas pessoas do meio rural do concelho de Tavira (ao qual pertence a outra parte de ESTIRAMANTÉNS) proferem «Estragamantéus» como designação do topónimo. Muito grato pela informação, adianto que a Dr.^a Mariana Machado Santos já se debruçou sobre o assunto, e é de opinião de que «Estragamantéus» é que seria o verdadeiro nome do sítio, e, por consequência, que «ESTIRAMANTÉNS» será uma corrupção de «Estragamantéus». «Mantéu» significa, entre outras coisas, «saia lisa, sem pregas»; «cuciro»; «capindó de velha».

Parafraseando a conclusão da Sociedade de Língua Portuguesa acerca do topónimo «Caquelé», direi que só Deus saberá a verdadeira e exacta origem de ESTIRAMANTÉNS. Tudo quanto até hoje se tem ou terá dito, não passa de meras e falíveis hipóteses.

* * *

Temos ainda, na freguesia de Moncarapacho, os sítios da FOU-PANA, do GIÃO, do LAGOÃO, dos MURTAIS e da MURTEIRA.

FOUPANA, já que, como substantivo, parece não existir no vocabulário português (eu, pelo menos, não consegui localizá-lo nos vários dicionários que consultei), apresenta-se como termo de difícil explicação. Estar-se-á talvez em presença de mais uma alcunha tornada denominação de local. Parece-me esta a hipótese mais lógica e consequente.

Haverá ainda a possibilidade (remotíssima, convém acrescentar) de o topónimo ser deturpação ou corrupção de «choupana», que, todos o sabem, significa «casa rústica de madeira ou de ramos de árvores para habitação de pastores». Mas, a ser assim (do que duvido), como se teria processado a passagem ou evolução do «ch» para «f», contrária a todas as leis fonéticas, ou, pelo menos, não prevista ou contemplada por essas mesmas leis? Defeito de pronúncia? Dificuldade ou erro de dicção? Tudo é possível.

Todavia, é hipótese com remotíssimas possibilidades, tanto mais que há, em Martim Longo, freguesia de Cachopo, concelho de Tavira, um curso de água, chamado Ribeira da «Foupana», o que torna ainda mais difícil a explicação da origem ou proveniência deste topónimo.

Quanto a GIÃO, é nome próprio de alguém que, por qualquer motivo ou circunstância, deixou o seu onomástico ligado ao sítio. Nome próprio que também poderá eventualmente funcionar como apelido, tal como tantos outros (Afonso, Carlos, Tomé, Artur, Domingos, etc.), Vem registado num Vocabulário Onomástico de que disponho. O que ignoro é se é ainda sancionado actualmente (embora nenehuma lei tenha sido promulgada nesse sentido, certos nomes há que só podem ser apostos mediante parecer ou autorização superiores). Mas que GIÃO, nome próprio ou apelido, existe ou existia, disso não tenho a menor dúvida. Incidentalmente, referirei que, no concelho de Alcoutim, há a freguesia de GIÕES, topónimo, por certo, derivado do antropónimo «Gião».

LAGOÃO é aumentativo de «lagoa», e significa, portanto, «lagoa grande» ou «grande lagoa». Terá havido no local alguma «poça» de água de proporções relativamente volumosas, da qual tivesse provindo a designação do sítio? Ou tratar-se-á de alcunha por que tivesse sido conhecido qualquer indivíduo que aí haja nascido ou vivido em tempos recuados? À falta de melhor, decido-me por esta última hipótese.

No que respeita a MURTAIS, cuja grafia alternou, durante anos, com a de «Mortais», provém de «murtal»: campo de «murtas» ou terreno onde existem «murtas» (compare-se com «Olivais» (de «olivais»), «laranjais», «eucaliptais», «figueirais», «amendoais», etc.).

MURTEIRA está também intimamente ligado a «murta», pois esta planta é igualmente conhecida por «murteira», «murteiro» ou «murtinheiro».

* * *

À freguesia de Pechão pertencem, entre outros, os sítios da ARROCHELA, do ARRUNHADO e da RETORTA.

O primeiro — ARROCHELA — é não apenas topónimo, como apelido relativamente vulgar. Tanto assim que se encontra já devida e convenientemente estudado e tratado a «nível nacional».

Vasco Botelho de Amaral, meu bom Amigo, por exemplo, ocupou-se do termo nas suas «Palestras de Língua Portuguesa» (Vol. III, 2.^a Série, pág. 199):

«ARROCHELA» é, além de topónimo, um apelido. O nosso antigo dicionarista Moraes e Silva, ao registar «arrochelado», escrevia: — De Arrochela, praça mui forte, onde se sustentaram muito tempo os Hugonotes de França —. De facto, no século XVI essa praça resistiu heroicamente às forças de Richelieu.

O A inicial de ARROCHELA corresponde ao «La» francês de LA ROCHELLE, mas deve ter surgido como articular naturalmente, seguindo o tipo de palavras como «arrocho», «arrã», etc.

ARROCHELA é, portanto, aportuguesamento do topónimo geográfico francês «La Rochelle», aportuguesamento cuja explicação acabo de dar. Quanto ao facto histórico, tem razão Moraes.

ARROCHELA vem, de facto, do nome dessa célebre praça forte de França, chamada «La Rochelle», do latim vulgar hipoté-

tico «rocca», isto é, «pedra», «rocha». Essa praça ficou célebre pela tenaz resistência em vários lances históricos. De «La Rochelle» ficou na nossa Língua esse adjectivo «arrochelado», isto é, «forte» ou «fortificado» como a praça de «La Rochelle», e, daí, o significado de «bem fortificado», «encastelado», «tenaz», «pertinaz».

O topónimo, presumivelmente, deve a sua origem ao apelido de qualquer morador ou habitante do local, pois, que se saiba, não há memória da existência, no sítio, de qualquer casa ou edifício bem fortificado, encastelado ou amuralhado.

ARRUNHADO (e não «Arminhado», como, por lapso ou erro de composição, Antero Nobre menciona em «O Termo de Olhão») é, muito provavelmente, a forma popular de «arruinado».

Com efeito, os dicionários registam o verbo «arrunhar» como forma popular de «arruinar», e também com o significado de «abrir, rasgar, aparar em redor a sola do calçado; abrir o javre para encaixar os tampos». (Para os que não saibam, não será descabido, nem inoportuno, informar que «javre» é o recorte ou entalhe feito na aduela, onde encaixa o tampo ou o fundo da vasilha).

Em meu entender, referir-se-á o termo a alguém que, tendo sido pessoa abastada, tivesse caído na miséria, na ruína; que tivesse ficado arruinado ou «arrunhado». Ou, então, ao próprio solo, tornado, por qualquer circunstância, estéril ou improdutivo.

Quanto a RETORTA, penso tratar-se de alcunha ou apelido (apelido que, embora muito pouco vulgar, não deixa, contudo, de existir), do qual o sítio terá tirado a designação. Poderá até ser a alcunha por que terá sido conhecida qualquer mulher moradora no local, de quem vizinhos e conhecidos, pela sua teimosia e tortice, dissessem ser mais que torta: ser «retorta». Pode ainda ser a denominação de uma propriedade que, no sítio, houvesse existido.

O povo profere geralmente «ARRETORTA», o que é fenómeno bastante vulgar e encontrado na nossa língua. Trata-se de uma prótese (acrescentamento de um fonema ou de uma sílaba no princípio de uma palavra), de que temos bastos exemplos: «arrebentar», por rebentar; «arrecuar», por recuar; «arraiar», por raiar; «arrecear» ou «arrecear-se», por recear; «arrolhar», por rolhar; «arrã», por rã (todos estes já sancionados e registados); «arreceber», por receber; «Arraul», por Raul; «Arrenato», por Renato; etc. Isto para citar apenas palavras começadas por «r», pois muitas outras há em que idêntico fenómeno se verifica: «alenterna», por lanterna; «abanhar», por banhar ou banhar-se; «adanar», por nadar (neste caso, prótese e metátese, simultaneamente); «alevantar», por levantar, etc.

Na mesma freguesia (Pechão) há ainda os sítios de BELA MANDIL e de BELA CURRAL.

Segundo o Padre José Cabrita, são ambos de proveniência árabe: o primeiro termo — Bela — significa «filha»; os segundos são nomes próprios. Por conseguinte, BELA MANDIL quer dizer «filha de Mandil», «BELA CURRAL», «filha de Curral».

E, por fim, e já que os restantes sítios das quatro freguesias de

Olhão, tais como, IGREJA, ALECRINEIRA, VALE DA MÓ, PEREIRO, CALIÇOS, LARANJEIRO, etc. se explicam por si mesmos (são «self-explanatory», como diriam os ingleses), tratemos de um que é necessário e imprescindível esclarecer de uma vez para sempre, nomeadamente no que concerne à grafia: PIARES, pertencente à freguesia de Quelfes, muito embora grande parte dele esteja praticamente dentro dos limites (?) da freguesia de Olhão.

PIARES, cuja grafia alternou durante largo espaço de tempo com a de PEARES (certamente por virtude da homofonia existente entre os dois termos), deve a sua origem — di-lo a tradição — ao facto de o local ter sido muito frequentado por aves nocturnas, nomeadamente, mochos, que, dele, faziam o seu habitat predilecto. Os seus lúgubres «piares» prolongavam-se, evidentemente, pela noite fora. Esta a razão por que o sítio ficou a ser conhecido por «PIARES».

Esta explicação, transmitida, sem dúvida, de pais para filhos, de geração para geração, sempre a ouvi, desde muito jovem, da boca de pessoas idosas. Ainda não há muito, tive uma vez mais ocasião de a confirmar por intermédio do meu bom Amigo e conterrâneo René Quintas, que me contou que seu avô paterno, dono de uma propriedade no sítio de «PIARES», mandou beneficiar e aumentar a casa que na mesma propriedade existia, com o propósito de, nela, passar com a família a estação estival. E assim aconteceu. Porém, logo no dia seguinte à primeira noite que lá passaram, foram forçados a regressar a Olhão, dado uma tia daquele meu Amigo não ter podido suportar os «piares» das aves nocturnas, que não a deixaram pregar olho durante toda a noite.

Tradição e lenda, embora em sentido restrito tenham significados perfeitamente demarcados, em sentido lato, confundem-se. Andam de braço dado, «vivem» paredes meias. São, pode afirmar-se, sinónimos. Aqui, porém, não se trata de uma tradição-lenda (ou vice-versa), mas de uma tradição-tradição, já que corresponde a um facto real, concreto, com visos, portanto, de autêntico, de verosímil. Para mais, a grafia «Peares» nada tem que a recomende, nenhuma base ou fundamento a avaliza.

Ora, a persistir-se na grafia, errada, de «Peares», aos futuros estudiosos destes problemas toponímicos deparar-se-á ou um problema insolúvel ou, então, seja qual for a explicação ou versão que possam apresentar, ela será sempre e necessariamente incorrecta e inexacta, porque, partindo, como partirão, de princípio errado, a conclusão terá de ser logicamente falsa e incorrecta.

Ademais, «Peares» é uma flexão do verbo «pear» («prender com peia» e, por extensão, «impedir», «pôr obstáculos a», «embaraçar»), enquanto PIARES, embora igualmente uma flexão verbal (de «piar»), é aqui empregado substantivamente, com o significado de «pios» de aves.

Por conseguinte, é não só aconselhável, como conveniente que se adopte oficialmente, a forma «PIARES», e que as listas telefó-

nicas (estas, sobretudo) deixem de nos impingir «Peares» (com «e»), grafia errônea e incorrecta, como deixo cabalmente demonstrado, e passem a apresentar PIARES, como a origem da denominação do sítio plenamente justifica e exige. E não só «Peares» deverá ser corrigido para PIARES. Do mesmo modo se deverá proceder em relação a Almancil, Fuzeta, Estoi, e talvez outros, que aparecem nas referidas listas (e também nalguns Prontuários e Vocabulários) grafados, respectivamente, Almansil, Fuseta, Estói (este, então, de bradar aos céus, e que tanta e tanta gente tem induzido em erro, nomeadamente, locutores da Rádio e da Televisão, que, involuntariamente, têm sido os «melhores» veículos da expansão desta inadmissível silabada).

* * *

Com excepção do Dr. Francisco Fernandes Lopes (que apresentou uma versão sobre a possível origem da designação de uma delas — a da Armona —), não sei de quem, alguma vez, tenha procurado ou tentado explicar a proveniência dos nomes das três «ilhas», que, situadas a sul da nossa vila, constituem como que um quebra-mar que a defende da fúria dos violentíssimos temporais e vendavais, que, não raro, assolam a nossa costa. Refiro-me, todos o devem ter já calculado, às nossas típicas e aprazíveis ilhas: a do COCO, a da CULATRA e a da ARMONA.

Para a primeira — a do COCO —, cuja designação oficial é Ilhéu de S. Lourenço ou Ilhéu dos Amores, duas versões (que eu saiba) existem para explicar o nome popular por que é conhecida. (Evidentemente, não se refere qualquer delas a «coco», como fruto do «coqueiro», pois não há memória, nem consta que, no minúsculo ilhote, tivesse alguma vez havido fruto daquela espécie, ou mesmo de qualquer outra).

Alguns mapas e cartas marítimas antigos mencionam «Ilha dos Cocos», o que leva à conclusão de que, inicialmente, teria sido este o nome que era vulgarmente dado à pequena duna de areia (nos anos 20 e 30 era a praia preferida pela população olhanense). Posteriormente, e por razões que não fazem ao caso, a denominação passaria a usar-se no singular, donde ILHA DO COCO ou simplesmente o COCO, designação por que passou a ser e é vulgar e popularmente conhecida.

Diz-nos uma dessas versões que COCOS tem, no caso vertente, o significado popular de «papões», «medos», «fantasmas», e, sendo assim, a ILHA DO COCO (ou dos COCOS, como se dizia em tempos idos) quererá dizer Ilha dos Papões ou dos Medos, ou o local onde estes costumavam aparecer.

Esta explicação parece-me perfeitamente lógica e consequente, tendo em vista que os pescadores e marítimos olhanenses, embora audazes e destemidos (dos mais valentes e arrojados de toda a costa portuguesa), mas tementes a Deus, foram sempre bastante supersticiosos, mormente, no que se relaciona com almas do outro mundo, espíritos malignos, fantasmas, etc. (o que acontecia com maior incidência e acuidade antes do aparecimento e instalação da luz

eléctrica). Comprovam esta asserção, pelo paralelismo entre eles existente nos domínios da superstição e do sobrenatural, outros locais da orla marítima olhanense, cujos nomes revelam, clara e iniludivelmente, a existência dessas crenças e temores: a «ilha» dos GEMIDOS, o Esteiro das BRUXAS, o MEDO BRANCO, etc. Isto sem referir as lendas do «MENINO DOS OLHOS GRANDES» e a da formosa e desditosa moura «FLORIPES».

Poderão talvez objectar-me que, com o significado de «papão», o que o povo usa é «coca» e não «coco», e, se assim o fizerem ou pensarem, terão absoluta razão. Eu mesmo me ative neste pormenor, que me pareceu estranho, e sobre ele me interoguei também. Procurei, por isso, esclarecer-me (e esclarecê-lo, também, evidentemente). E apurei que ambos os termos, isto é, tanto o masculino (coco), como o feminino (coca) têm o mesmo significado (papão), muito embora actualmente haja uma predominância quase total do segundo sobre o primeiro (pelo menos, na nossa região).

A outra versão, que, quanto a mim, não resiste a qualquer análise ou argumentação, simples ou superficial que seja (basta que se diga que, quando os primeiros olhanenses se estabeleceram em Luanda, haveria já muitos e muitos anos que o Ilhéu de S. Lourenço ou dos Amores era local e popularmente conhecido por ILHA DOS COCOS ou ILHA DO COCO), pretende que o nome tem a sua origem no facto seguinte: entre os primeiros colonizadores e habitantes de Luanda (e de outras localidades angolanas, de algumas das quais foram pioneiros e fundadores) havia grande número de olhanenses (ficaram famosas na história marítima local as perigosas e arriscadíssimas viagens de muitos caíques olhanenses para Angola, das quais algumas tiveram um fim trágico).

Quando, no século passado, esses pioneiros e colonizadores regressavam definitiva ou temporariamente a Olhão, teriam começado a chamar, ao Ilhéu de S. Lourenço, Ilha dos Cocos, isto pelo facto de, frente a Luanda, e tal como acontece em relação a Olhão, estar situada a Ilha dos Cocos, local, onde, ao tempo, vivia o soba daquela cidade angolana. Dada a semelhança da situação geográfica das duas ilhas (ambas em frente e próximas de duas localidades), tornou-se fácil a comparação, que bem poderia ser considerada como autêntica (ou, pelo menos, como consequente e aceitável) origem do topónimo, não fora a circunstância de a denominação da Ilha ser bastante anterior (provam-no os mapas e as cartas a que atrás me refiro) à ida dos primeiros olhanenses para terras angolanas. Mas, assim, cai pela base tal versão, por infundamentada e inconsistente.

Um pormenor, todavia, tem de ficar, desde já, convenientemente esclarecido e devidamente definido, para evitar que os vindouros venham um dia a cair em err o, ou, pelo menos, a ficar com uma dúvida em suspenso: a família de origem italiana, de apelido Cocco, radicada há dezenas de anos em Olhão, nada tem a ver (de perto ou de longe) com a designação da Ilha do COCO. Membrós dessa respeitada família, estão, isso sim, intimamente ligados

à moderna «colonização» da Ilha da Armona, pois foram dos primeiros a construir, no princípio da década dos anos 40, naquela Ilha, casa de pedra e cal, onde ainda hoje continuam a passar a época balnear. Já antes disto, essa mesma família era frequentadora assídua da Ilha da Culatra, onde todos os anos se instalava durante a estação estival. A César o que é de César!

* * *

Ocupemo-nos agora dessa bela e maravilhosa estância balnear que é a ILHA DA CULATRA,

Constitui enigma praticamente indecifrável a origem deste topónimo. Não por se ignorar o significado da palavra (contrariamente ao que sucede noutros casos, como Quelfes, Estiramanténs, Pechão, Foupana, etc.), mas por se desconhecer, em absoluto, o motivo, a razão, ou a causa que ocasionaram ou determinaram a aplicação do termo na denominação da aprazível praia. Se alguma documentação existe em que nos possamos basear ou fundamentar para a explicar, dela não tenho o mínimo conhecimento.

Nestas condições, o muito, portanto, que me é possível fazer é formular hipóteses, com certa medida de admissibilidade e algo de verosímeis. Contudo, sempre falíveis (ou não se tratasse de hipóteses).

E algumas podem aventar-se. Por exemplo (e para principiar):

É do conhecimento geral que, além de significar «a parte inferior do cano das armas de fogo; a parte posterior do canhão», o termo «culatra» é usado, em gíria e na linguagem popular, no sentido de «nádegas» ou «região nadegueira». Não teria existido, em época mais ou menos recuada, qualquer lombá ou elevação de areia na Ilha, que fizesse lembrar ou se assemelhasse a essa parte do corpo humano, e que dessa configuração, e por comparação, lhe tivesse advindo a designação?

Esta hipótese talvez não seja tão infantil e descabida como, à primeira vista poderá parecer. Pelo contrário, pois não é caso virgem o da comparação de coisas e objectos (ou do seu aspecto) com palavras de significado bem diferente (de significado e de uso). São até bastante vulgares tais comparações, quer no aspecto objectivo e concreto, quer no subjectivo e abstracto. Aqui vão algumas, ao acaso: na linguagem dos carpinteiros, certo tipo de «verrumba» é chamado «piça de porco», por analogia ou comparação com o aparelho reprodutivo do porco, muito semelhante a um parafuso ou saca-rolhas. A palavra «porca», na acepção de acessório de parafuso, tem a sua origem no dito aparelho genital do porco: como a «porca», acessório de parafuso, tem um buraco onde este penetra, o povo fez uma comparação fácil e perfeitamente lógica, «vendo», na abertura genital da porca (animal), função idêntica e semelhante à desempenhada pela «porca» (acessório) em relação ao parafuso. Do ponto de vista subjectivo ou abstracto, temos, por exemplo, o «fogo» da paixão; a «coroa» da montanha;

«Santarém é como um «livro de pedra»; «primavera» da vida; «lágrimas» de crocodilo; «flor» da mocidade», etc.

Mas (e mais apropriado, por mais semelhante) há, aqui bem perto de nós, um exemplo que comprova a pertinência e a viabilidade da hipótese acima referida: o do Cerro da Cabeça, que deve seu nome à circunstância de, visto de longe (de uma açoteia, por exemplo), e em conjunto com os Cerros de S. Miguel e do Guelhim, se assemelhar a uma figura humana, deitada e com formas perfeitamente definidas: cabeça, tronco e membros inferiores, estes representados pelo Cerro do Guelhim, o tronco pelo Cerro de S. Miguel, e a «cabeça» precisamente pelo Cerro da Cabeça.

Em suma, a uma lombá ou elevação existente na própria Ilha (ou mesmo a um simples e pequeno cabeço junto dela ou nas suas imediações) poderia o povo ter chamado «culatra», por motivo da sua configuração ou aspecto fazer lembrar a aludida região do corpo humano. Tal lombá, elevação ou cabeço teria desaparecido com o rodar do tempo, deles não tendo ficado qualquer vestígio ou memória (a não ser na denominação da própria Ilha).

Se atendermos ao facto (mais que provado e evidente) de que as nossas três ilhas estão em constante e ininterrupta mutuação no que respeita à sua forma física, à sua «fisionomia» (que se alteram, pode afirmar-se, de ano para ano), devido não só ao fluxo e refluxo das marés e consequentes correntes marítimas, mas também, e muito especialmente, à violência e à fúria, por vezes extrema, dos temporais e vendavais, que, não poucas vezes, as açoitam e flagelam, lógico é concluir que tal lombá, elevação ou cabeço possa ter desaparecido, sem, de si, ter deixado o mínimo rasto ou vestígio.

Outra hipótese:

Não sei desde quando a Ilha se denomina CULATRA, nem quando começou a ser habitada ou quem foram os seus primeiros habitantes. De qualquer modo, não será despropositado supor-se que nela tivesse morado (ou a ela estivesse estado ligada por qualquer motivo) alguma mulher que se tivesse feito notar pelo anormal volume das suas nádegas, pelo excepcional «exagero» da sua «culatra», e que, por este mesmo nome (e devido a tal anormalidade), tivesse sido conhecida (a Ti Culatra, por exemplo).

Não será descabido referir aqui que, durante largos anos, a Ilha quase perdeu a sua designação de CULATRA, e passou a ser conhecida pela Ilha do «Faz-gostos», alcunha por que era conhecido um comerciante que lá se estabeleceu com um estabelecimento de mercearia e «comes-e-bebes» (até certo ponto, e em relação à época e ao local, bastante funcional e moderno). Ainda hoje há quem a conheça pela Ilha do «Faz-gostos», embora este, de há muito, a tivesse abandonado. O facto deve-se, creio, à circunstância de, deste modo, se poder desdramatizar da actualmente conhecida pela Ilha do Farol, que também é parte integrante da Ilha da CULATRA. Quer dizer, tanto o «Faz-gostos», como o «Farol» se

situam, ambos, na Ilha da CULATRA, e daí a necessidade de diferenciá-los e de distingui-los, um do outro, os dois locais.

Um ponto existe que, pela sua grande e decisiva relevância, importa desde já focar: ignoro desde quando a Ilha é conhecida por CULATRA, e também quando o termo «culatra» foi, pela primeira vez, empregado, na linguagem popular, na acepção de «nádegas». Se o seu uso com este sentido é anterior ao aparecimento do topónimo, quer uma, quer outra das hipóteses que acima formulo, são perfeitamente aceitáveis e consequentes; se, ao invés, tal emprego lhe é posterior, então é caso para dizer (e perdê-se-me o plebeísmo) que estive a falar ou, melhor, a escrever para o... «boneco».

Uma terceira hipótese (e, das três, quiçá, a mais coerente):

Poucos serão, certamente, aqueles que têm conhecimento da existência, em tempos não muito distantes, de uma fortaleza na Ilha de S. Lourenço (Ilha do Coko) para defesa contra as eventuais investidas ou ataques vindos do exterior, particularmente dos mulçumanos. Era a Fortaleza de S. Lourenço, construída no princípio da segunda metade do século XVII (concretamente, em 1653 ou 1654). Situava-se num local, ainda hoje conhecido pelo sítio da Fortaleza, mais ou menos em frente da ponta leste ou oriental da Ilha da Culatra, e dispunha, como é óbvio, não só da respectiva guarnição militar, como também do armamento então mais em voga, seja, canhões e espingardas. (É a altura de dizer que, das ruínas da referida Fortaleza, ainda foram recuperados três dos canhões que nela havia, de um dos quais é fiel depositário (se assim se lhe pode chamar) o meu bom e velho Amigo Abílio Gouveia, o sabedor e competentíssimo historiador e arqueólogo local, a cujos méritos nunca me cansarei de dar, sempre que possível, o justíssimo e devido realce).

Haverá alguma relação entre a «culatra» dos canhões e das espingardas da Fortaleza de S. Lourenço e o topónimo ILHA DA CULATRA, para a qual o aludido armamento estava praticamente assestado e virado? Talvez. Tudo é possível, neste oceano de dúvidas.

A menos que algum dicionário antigo que eu desconheça (e tantos serão) registe «culatra» com uma acepção ou um sentido que possibilite a descoberta de um pista conducente a uma explicação categórica e indiscutível do topónimo, creio bem que o problema não terá solução. É demasiadamente tarde. É mistério completamente envolvida nas trevas do tempo, e que é hoje praticamente impossível penetrar-se.

* * *

Olhão, que algumas nulidades tem por vezes homenageado, esqueceu um tanto o Dr. Francisco Fernandes Lopes, esse extraordinário vulto da sua história, talvez o maior colosso mental e

intelectual que a nossa terra jamais produziu. É certo que o seu nome se encontra perpetuado na lápida de uma artéria local. Com isso, porém, não está, nem fica saldada a dívida de Olhão a um dos seus filhos mais ilustres, a um dos seus varões mais sábios e eruditos, e ao olhanense insigne que, por valor e mérito próprio, «da lei da morte» mais se terá libertado.

Figura destacada e prestigiosa da Cultura Portuguesa, nos mais variados sectores da actividade intelectual, o Dr. Francisco Fernandes Lopes passava, com a sua numerosa família, o verão na ILHA DA ARMONA.

Além dos soldados da Guarda Fiscal, em serviço no Posto que ainda hoje lá existe, eram o Dr. Francisco Fernandes Lopes e sua esposa e filhos, embora temporariamente, os únicos habitantes da, então, solitária e erma praia.

Fê-lo ininterruptamente de 1922 a 1933, e foi indiscutivelmente ele o verdadeiro precursor ou o criador da ILHA DA ARMONA como estância balnear e zona turística de largo futuro. Até havia quem, nesse tempo, lhe chamasse a Ilha do Dr. Lopes!

Como já referi, foi também o Dr. Francisco Fernandes Lopes quem, primeiro que ninguém, se debruçou sobre o problema da possível proveniência deste topónimo, que, não obstante, persiste um enigma indecifrável. Eis um excerto do seu estudo:

«Creio que foi em 1933 o último ano que gozei da «minha ilha». Uma espécie de ciclone que por lá passou esfrangalhou-me as barracas cujos restos os montanheiros foram limpando, tendo-me um, amigo, trazido, como recordação, uma das portas, pequenas, que conservo.

Quero também lembrar o facto de um dia me ter aparecido lá um casal espanhol, o conde «de não sei quê y Armona», a perguntar-me o que lhe saberia eu dizer da ligação da ilha com o seu apelido fidalgo. Nada sabia eu naturalmente, limitando-me a responder que talvez o nome ARMONA fosse deturpação de «harmonia».

Há tempos, porém, um compadre meu, o erudito arqueólogo e professor Dr. Leonel Ribeiro, diz-me que o nome ARMONA teria origem no latim ARMA, do grego ERMAS, mencionado por Fausto Avieno na sua célebre «Ora Marítima». Se o meu erudito compadre tem razão, conforme me pareceu, pela rectificação geográfica que fez da correspondente passagem do célebre poema, então já a excelência da duna dataria de muito longe.

Seja, porém, como for, a ILHA DA ARMONA, ao levante de Olhão, é hoje, de facto, um paraíso turístico do maior relevo, na costa algarvia. Ainda desconhecida, a bem dizer, convém chamar para ela a atenção de quem

de direito, como estação ideal de verão e de outono, e mesmo de inverno, destinada, sem dúvida, a um futuro do maior proveito para o Algarve e para Portugal».

Nada tenho a contrapor às opiniões expressas quer pelo Dr. Francisco Fernandes Lopes, quer pelo prof. Leonel Ribeiro. Não disponho da mais ténue e simples pista que me permita ou possibilite a formulação de qualquer hipótese que contrarie, no todo ou em parte, as explicações por eles apresentadas para a possível origem do topónimo.

Devo, no entanto (e apenas), recordar que, a aceitar-se como válida a versão de que BIAS é nome de procedência grega (e nada há que a desminta ou contrarie), também ARMONA, cujas praias são em parte banhadas pelo antigo Rio Bias (hoje, sem dúvida, a Ria Formosa) tem fortes e sólidas hipóteses de ser vocábulo de proveniência helénica.

E concluo aqui este meu já longo trabalho.

Não será o melhor (não o é com certeza), mas estou convencido de que é o mais completo e extenso que, até hoje, se fez sobre a toponímia do concelho de Olhão.

Muitos casos não terão sido convenientemente aprofundados, e poderiam (e talvez devessem), na verdade, tê-lo sido. Estou a lembrar-me, por exemplo de ESTIRAMANTÉNS, em que a razão por que este topónimo não é precedido de artigo definido deveria ter sido focada. Parece pormenor de ordem secundária, mas talvez não seja exactamente assim. Sei bem que não existe uma regra rígida e inflexível (dispondo embora das habituais e limitadas excepções que sempre acompanham todas as regras) que estabeleça ou indique quando e em que condições os topónimos devem ser ou não precedidos de artigo. É o hábito e o uso que determinam essa condição. É o povo, por conseguinte, quem a impõe. E, quando o povo ordena, os gramáticos limitam-se a obedecer e a acatar as suas «ordens». Não é impunemente ou por acaso que se diz «que é povo quem faz a língua». Ele é, realmente, o «grande senhor» nestes problemas. A última palavra pertence-lhe sempre. «Usus tyrannus est». O uso é tirano em tudo, até mesmo na linguagem..., no dizer de Vasco Botelho de Amaral.

Usei uma linguagem simples, fácil e clara, mas directa e objectiva; acessível e ao alcance de todas as camadas populares, a quem, essencialmente, o meu trabalho se destina.

Tratei todos os topónimos com base na linguística, relegando e recusando sistematicamente lendas e tradições, quase sempre filhas da fantasia e da imaginação populares. E, quando o não são, o decurso dos tempos, fá-las chegar até nós completamente deturpadas e distorcidas. Irreconhecíveis, numa palavra. Quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto. Praticamente é impossível saber-se onde acaba a lenda e começa a tradição. Não nos podemos fiar, em absoluto, no «diz-se que» ou «no consta que». É indispensável estarmos sempre de sobreaviso, «de pé atrás», frase

com que o povo exprime tão expressivamente «estar precavido».

Espero que o meu estudo concorra (pelo menos, como ache-ga) para um mais desenvolvido e profundo trabalho sobre o problema que, sobre a toponímia de Olhão e das suas freguesias, se encontra ainda muito longe de ser resolvido e solucionado (se é que isso alguma vez irá a acontecer).

ÍNDICE

Olhão	Página 5
Fuzeta	» 13
Moncarapacho	» 15
Pechão	» 19
Quelfes	» 25
Sítios do Concelho de Olhão	» 29
Cerro de S. Miguel	» 29
Marim	» 31
Brancanes	» 34
Jordana	» 35
Maragota	» 36
Alfandanga	» 36
Bias	» 36
Quatrim	» 37
Estiramanténs	» 38
Foupana	» 40
Gião	» 41
Lagoão	» 41
Murtais	» 41
Murteira	» 41
Arrochela	» 41
Piares	» 43
Coco	» 44
Culatra	» 46
Armona	» 49